



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### **AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) INSTALADA.**

#### 01. DO PREÂMBULO

Número de ordem	PROCESSO LICITATÓRIO Nº	43/2026
	PREGÃO ELETRÔNICO Nº	05/2026
	EDITAL Nº	05/2026
	UASG	929730
	NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90005

A **CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA**, inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00, através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) INSTALADA**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores. O objeto deste Edital será executado pelo regime de execução indireta, por preço unitário.

As servidoras Caroline de Souza Lima Paschoal ou Amanda Lima da Paixão,





designadas como Pregoeiras pela Portaria nº 01/2026, de 06 de janeiro de 2026, serão responsáveis pelo processamento e julgamento da presente licitação, contando com o devido suporte da equipe de apoio, também nomeada por meio do referido instrumento.

DADOS ESSENCIAIS PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 172.840,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais).
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO	Em 18 de maio de 2026, às 09 horas – horário de Brasília.
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: COMPRAS GOV	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> <a href="https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/">https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/</a> <a href="https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34">https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34</a>
E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO	<a href="mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br">licitacaoextrema@yahoo.com.br</a>
E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL	<a href="mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br">licitacaoextrema@yahoo.com.br</a>
TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES	35 9 9776-2765.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço unitário





VALOR DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA	R\$ 1.000,00 (mil reais).
DA DEFINIÇÃO DO VALOR DA DISPUTA NO SISTEMA COMPRASGOV	A presente licitação, processada no sistema COMPRASGOV, terá sua disputa definida pelo valor unitário de cada item.
MODE DE DISPUTA	Aberto
PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS	NÃO
LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO	Sede da UAI – Unidade de Atendimento Integrada Câmara Extrema.
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM O ANEXO IV DO EDITAL	Em até no mínimo de duas horas a partir da convocação do pregoeiro no sistema.
DA DATA DE ENTREGA	O objeto deverá ser entregue com a respectiva nota fiscal em conformidade com o indicado pela Administração na AF (autorização de fornecimento). A autorização de fornecimento será encaminhada para o e-mail da CONTRATADA. Cabe à contratada verificar periodicamente a sua caixa de entrada. Prazo máximo da entrega: em até 120 dias.
AMOSTRA	NÃO será exigida.





VIGÊNCIA	O CONTRATO terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. <b>A garantia ofertada não se extingue com o término do contrato.</b>
RENOVAÇÃO	Não será renovado.
ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	Não se aplica.
VISITA TÉCNICA	A realização de visita técnica às dependências da Unidade de Atendimento Integrada – UAI será facultativa às licitantes, podendo ser realizada sem necessidade de agendamento prévio, nos horários das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h30, com o objetivo de propiciar melhor conhecimento das condições locais para execução do objeto.
PONTO DE DESTAQUE	<b>Os itens descritos no portal COMPRASGOV CATMAT/CATSERV são apenas para operacionalização do pregão.</b>
DIVERGÊNCIAS CATMAT/CATSERV	<b>Em caso de divergências na descrição do objeto entre o Portal COMPRASGOV (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, assim como no edital e em seus demais anexos, a especificação contida no Termo de Referência, no próprio edital e em seus anexos assume primazia absoluta. Essa determinação vigorará em todas as circunstâncias, garantindo a coerência e a integridade das diretrizes estabelecidas para o processo licitatório.</b>





## 02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**2.1 Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA)** instalada. Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões





do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.

## **2.2 Natureza do objeto:** comum.

## **2.3 Do quantitativo e do valor global estimado:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR	GLOBAL
ESTIMADO					
01	Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada. Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e				







controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.

#### 2.4 Quantitativo estimado com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

Divisão de Valores por Ficha		
UAI	Patrimônio:	R\$ 172.840,00





**2.5 Prazo do contrato:** Da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada permanecerá válida e exigível mesmo após o término da vigência contratual, mantendo-se o fornecedor responsável pelo cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas.

**2.6** Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

**2.7** A contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações – PAC**. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov: Linha 510.

**2.7 Regime de Execução:** O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. O fornecimento e instalação deverão ocorrer em até 120 dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

### 03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**03.01** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será DESCLASSIFICADO e estará sujeito às sanções previstas na legislação.

**03.02** Todos os documentos deste Edital são complementares entre si. Caso haja alguma omissão em um pode ser complementado por outro desde que descrito no próprio edital ou anexo deste, sem que haja conflito de interesse.

**03.03 Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.





**03.04 Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

**03.05 Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

**03.06** No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

**03.07** Durante a **realização do presente Pregão Eletrônico**, o único meio hábil, legítimo e reconhecido para a comunicação entre os licitantes e a Administração Pública será exclusivamente por intermédio do sistema ComprasGov.br. Quaisquer mensagens, pedidos de esclarecimentos, ou manifestações enviadas durante a sessão do pregão eletrônico por outros meios, especialmente por e-mail não serão apreciadas, analisadas ou respondidas, não produzindo qualquer efeito jurídico ou valor peticionário. Esta regra visa assegurar o princípio da transparência, da isonomia e da segurança jurídica, garantindo que todas as comunicações ocorram de forma rastreável, pública e acessível a todos os interessados no certame.





**03.08** A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto é o pregão eletrônico, que se caracteriza pela agilidade e transparência no processo, especialmente adequado para a compra de bens e serviços comuns, como é o caso do objeto. O critério de julgamento adotado é o menor preço unitário, o que visa garantir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando o custo total de aquisição. O modo de disputa é o aberto, permitindo que todos os interessados participem da licitação, promovendo uma ampla concorrência e favorecendo a obtenção do melhor preço. A combinação desses parâmetros – pregão eletrônico, menor preço unitário e modo de disputa aberto – se revela adequada e eficiente, pois assegura uma seleção criteriosa da proposta que, além de atender às necessidades da Administração, gera o melhor resultado em termos de custo-benefício, levando em conta todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até o uso final. Essa abordagem otimiza a utilização dos recursos públicos, garantindo que a compra seja realizada de forma eficaz e em conformidade com os princípios da administração pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência.

**03.10 Da subcontratação e da entrega:** É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

**03.11 Da definição do valor da disputa no sistema COMPRASGOV:** A presente licitação, processada no sistema COMPRASGOV, terá sua disputa definida pelo





menor valor unitário.

#### 03.12 Da visita técnica/da vistoria:

- a) A realização de visita técnica às dependências da Unidade de Atendimento Integrada – UAI será facultativa às licitantes, podendo ser realizada sem necessidade de agendamento prévio, nos horários das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h30, com o objetivo de propiciar melhor conhecimento das condições locais para execução do objeto.
- b) As visitas serão realizadas por ordem de chegada, sendo atendidas conforme a disponibilidade da Administração.
- c) A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, desde que as informações necessárias à formulação da proposta estejam adequadamente descritas no edital e seus anexos.
- d) A licitante é responsável pela elaboração de sua proposta, devendo considerar as condições locais e as informações disponibilizadas pela Administração, não podendo alegar desconhecimento de informações constantes do edital e seus anexos, nem das condições locais quando verificáveis por visita facultativa.

#### 03.11 JUSTIFICATIVAS:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar as condições de acessibilidade e circulação vertical na nova sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) Câmara de Extrema/MG, tendo em vista que o acesso aos pavimentos superiores atualmente se dá por meio de escadas ou por elevador de pequeno porte, o que pode limitar a capacidade de atendimento, gerar filas e dificultar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida.





Sob o ponto de vista técnico, a instalação de uma plataforma elevatória inclinada para escada configura-se como solução adequada e eficiente para o cenário existente, uma vez que permite a adaptação da edificação sem a necessidade de intervenções estruturais complexas, como a construção de novos poços de elevador ou alterações significativas na arquitetura do imóvel. Trata-se de equipamento projetado especificamente para percursos em escadas, com instalação sobre trilhos, ocupando espaço reduzido e possibilitando a liberação do vão para circulação quando não estiver em uso.

A solução proposta apresenta, ainda, elevada compatibilidade com as características físicas do local, considerando o percurso com múltiplos lances e patamares, bem como a limitação de espaço nos corredores. A plataforma inclinada permite atender a esses requisitos com segurança, estabilidade e eficiência operacional, garantindo o transporte de usuários entre os pavimentos de forma contínua e confiável.

Do ponto de vista funcional, o equipamento contribui para a melhoria do fluxo interno da unidade, atuando de forma complementar ao elevador existente, reduzindo a sobrecarga de uso e proporcionando alternativa adicional de acesso. Tal redundância operacional é especialmente relevante em situações de manutenção, indisponibilidade ou alta demanda, assegurando a continuidade do atendimento ao público.

Adicionalmente, a solução atende aos requisitos técnicos de segurança e acessibilidade, incorporando dispositivos de proteção, sistemas de controle automatizado, operação assistida e mecanismos de emergência, garantindo a integridade dos usuários durante todo o percurso. O uso de sistema com baterias recarregáveis também assegura funcionamento mesmo em situações de interrupção de energia elétrica.

Por fim, a contratação se justifica tecnicamente por promover a adequação da edificação às normas vigentes de acessibilidade, aumentar a eficiência operacional da unidade, reduzir barreiras arquitetônicas e proporcionar maior segurança, conforto e





autonomia aos usuários, configurando-se como solução tecnicamente viável, funcional e alinhada às necessidades institucionais da UAI Câmara de Extrema/MG.

A presente contratação apresenta justificativa econômica consistente, considerando-se a relação custo-benefício, a durabilidade do investimento e os impactos financeiros diretos e indiretos para a Administração Pública. A aquisição e instalação de uma plataforma elevatória inclinada para acessibilidade configura investimento de médio prazo com elevada vida útil, fabricada em materiais de alta resistência, como alumínio ou equivalente, exigindo baixa manutenção periódica e reduzido custo operacional ao longo do tempo.

Sob o ponto de vista econômico, a solução proposta mostra-se mais vantajosa em comparação a alternativas estruturais mais complexas, como a instalação de elevadores convencionais ou reformas civis de grande porte, que demandariam obras estruturais, licenças adicionais, maior tempo de execução e custos significativamente superiores. A plataforma inclinada, por sua vez, utiliza a própria estrutura existente da escada, minimizando intervenções físicas no imóvel, reduzindo custos com engenharia civil e evitando interrupções prolongadas no funcionamento da unidade.

Adicionalmente, a presença de sistema automatizado, alimentação por baterias recarregáveis e operação eficiente contribui para a redução de custos com energia elétrica e garante continuidade do serviço mesmo em situações de queda de energia, evitando prejuízos operacionais. O modelo dobrável ainda preserva o uso regular da escada, evitando necessidade de adaptações adicionais ou perdas de espaço útil.

Do ponto de vista econômico-social, a contratação também reduz custos indiretos associados à ausência de acessibilidade, como possíveis demandas judiciais, indenizações e adaptações emergenciais, além de otimizar o atendimento ao público, ampliando o acesso aos serviços e melhorando a eficiência administrativa. A adequação às normas de acessibilidade representa, portanto, não apenas cumprimento legal, mas uma medida preventiva que evita dispêndios futuros e fortalece a sustentabilidade financeira da Administração.

Dessa forma, a contratação se revela economicamente viável, eficiente e alinhada aos princípios da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos, ao





proporcionar solução duradoura, de menor custo comparativo e com alto retorno social e institucional.

A exigência apenas das documentações essenciais para habilitação no pregão justifica-se pela natureza do objeto e pelos princípios que regem as contratações públicas, especialmente nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de contratação de fornecimento com instalação de equipamento específico, com características técnicas objetivamente definidas no termo de referência, o que permite a adequada verificação da capacidade do licitante por meio da documentação básica de habilitação, sem a necessidade de exigências adicionais que possam restringir indevidamente a competitividade.

A adoção de requisitos mínimos de habilitação atende ao princípio da isonomia, ao evitar a imposição de barreiras desnecessárias à participação de licitantes, ampliando a disputa e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, observa-se o princípio da competitividade, uma vez que exigências excessivas ou desproporcionais podem limitar o número de participantes, comprometendo o caráter competitivo do certame.

Também se aplica o princípio da proporcionalidade, pois as exigências de habilitação devem ser compatíveis com a complexidade do objeto. No presente caso, embora o equipamento possua especificações técnicas relevantes, trata-se de solução amplamente disponível no mercado, não demandando comprovação técnica extraordinária ou requisitos altamente especializados.

Ademais, o princípio da eficiência é atendido ao simplificar o processo de habilitação, reduzindo burocracias desnecessárias e conferindo maior celeridade ao procedimento licitatório.

Por fim, a exigência restrita às documentações essenciais está alinhada ao entendimento consolidado de que a Administração deve exigir apenas o indispensável para assegurar o cumprimento do contrato, evitando formalismos excessivos e garantindo ampla participação, sem prejuízo da segurança da contratação.







Assim, a limitação às documentações essenciais de habilitação mostra-se adequada, suficiente e juridicamente fundamentada para a presente contratação.

A vedação à subcontratação e à triangulação, no presente objeto, é plenamente justificável diante de suas características técnicas e da necessidade de responsabilização direta da contratada.

Trata-se de fornecimento com instalação de equipamento específico, fabricado sob medida e ajustado às condições reais do local, o que exige atuação integrada, contínua e coordenada desde a fabricação até a instalação e o pleno funcionamento do sistema. A fragmentação dessas etapas por meio de subcontratação pode comprometer a qualidade, a segurança e a compatibilidade do equipamento com o ambiente onde será instalado.

Além disso, a execução envolve responsabilidade técnica única sobre o conjunto do sistema — incluindo trilhos, estrutura, mecanismos de elevação, dispositivos de segurança e funcionamento integrado — o que exige que a empresa contratada detenha domínio completo sobre todas as etapas da execução.

A vedação também se justifica pela necessidade de rastreabilidade e responsabilização direta, evitando a diluição de responsabilidades entre múltiplos agentes, o que poderia dificultar a apuração de falhas, atrasos ou defeitos, especialmente em um equipamento relacionado à segurança e acessibilidade de usuários.

No que se refere à triangulação (intermediação por empresa sem execução direta), sua proibição visa impedir a participação de empresas que atuem apenas como intermediárias comerciais, sem capacidade técnica ou operacional própria, o que poderia resultar em aumento de custos, perda de controle contratual e riscos à qualidade da execução.

Tal medida está alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e da segurança da contratação, assegurando que a empresa vencedora seja efetivamente a responsável pela execução integral do objeto, com capacidade técnica compatível e responsabilidade direta pelos resultados.



Dessa forma, a não permissão de subcontratação e triangulação mostra-se adequada e necessária para garantir a qualidade, a segurança e a correta execução do objeto contratado.

A presente contratação tem como fundamento central a concretização do direito fundamental de acesso universal aos espaços públicos, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas que impedem ou dificultam o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, idosos, pessoas com deficiência e usuários em cadeira de rodas.

O objeto visa viabilizar a acessibilidade plena entre pavimentos da nova sede da UAI Câmara Municipal de Extrema, garantindo que todos os cidadãos possam usufruir, em condições de igualdade, dos serviços públicos ali disponibilizados. Trata-se, portanto, de medida diretamente vinculada à efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade material, pilares estruturantes do ordenamento jurídico brasileiro.

A inexistência de solução adequada de acessibilidade compromete o exercício regular de direitos, na medida em que restringe o acesso físico de parcela significativa da população aos serviços públicos, configurando situação de discriminação indireta. Nesse sentido, a contratação não se apresenta como mera conveniência administrativa, mas como providência necessária para a conformidade da edificação com as normas de acessibilidade e com os deveres impostos à Administração Pública.

Sob o enfoque jurídico, a contratação encontra amparo no dever estatal de promoção da acessibilidade, previsto na legislação vigente, que impõe à Administração a adoção de medidas concretas para eliminação de obstáculos e garantia de acesso seguro e autônomo aos espaços públicos. A omissão estatal nesse aspecto pode, inclusive, ensejar responsabilização por violação a direitos fundamentais.

Do ponto de vista técnico e funcional, a solução adotada — plataforma elevatória inclinada — mostra-se adequada às características do imóvel, especialmente diante da existência de escadas como meio de circulação vertical, sendo alternativa eficaz para garantir acessibilidade sem necessidade de intervenções





estruturais mais invasivas. Trata-se de solução consolidada no mercado, com tecnologia segura, operação estável e conformidade com os requisitos de uso em ambiente interno.

Adicionalmente, a contratação atende ao princípio da eficiência, na medida em que promove a adequada utilização do espaço físico existente, assegura a funcionalidade do equipamento e viabiliza o atendimento contínuo e inclusivo ao público. Também se alinha ao princípio da economicidade, ao optar por solução compatível com a realidade estrutural do local, evitando custos significativamente mais elevados decorrentes de reformas estruturais complexas.

Ressalte-se, ainda, que a implementação do equipamento contribui para a prevenção de riscos, tanto para os usuários quanto para a própria Administração, ao evitar situações de deslocamento inadequado em escadas por pessoas com mobilidade reduzida, reduzindo a probabilidade de acidentes e eventuais responsabilizações civis.

Sob a perspectiva institucional, a adoção de medidas de acessibilidade reforça o compromisso da Administração Pública com a inclusão social, a equidade no acesso aos serviços e o respeito aos direitos da pessoa com deficiência, promovendo ambiente administrativo mais justo, democrático e alinhado às melhores práticas de governança pública.

Dessa forma, a contratação revela-se não apenas pertinente, mas indispensável ao atendimento do interesse público, por assegurar acessibilidade, promover inclusão, garantir segurança e conformidade legal, e viabilizar o pleno exercício da cidadania por todos os usuários dos serviços públicos.

A escolha da solução consistente na instalação de plataforma elevatória inclinada para escada fundamenta-se na adequação técnica às condições estruturais do imóvel e na necessidade de garantir acessibilidade entre pavimentos de forma segura, eficiente e compatível com a edificação existente. O local de instalação possui escada como principal meio de circulação vertical, não sendo viável, sob o ponto de vista técnico e econômico, a implantação de soluções alternativas como elevador convencional ou rampa. A instalação de elevador demandaria intervenções estruturais



significativas, com impacto direto na edificação, aumento substancial de custos e necessidade de adaptações incompatíveis com a configuração atual do espaço. Por sua vez, a implantação de rampas mostra-se impraticável em razão das limitações de espaço e das exigências normativas de inclinação, que inviabilizam sua execução no ambiente disponível. Nesse contexto, a plataforma elevatória inclinada apresenta-se como solução tecnicamente adequada, amplamente utilizada em edificações existentes, permitindo a superação de desníveis em escadas sem a necessidade de alterações estruturais relevantes. Trata-se de tecnologia consolidada, com operação segura, eficiente e compatível com ambientes internos, atendendo plenamente à finalidade de promover acessibilidade com racionalidade técnica e econômica.

O quantitativo de 01 (uma) unidade de plataforma elevatória inclinada decorre da necessidade de atendimento integral da edificação, que possui circulação vertical concentrada em um único eixo de escada, interligando três pavimentos (térreo, 1º e 2º andares).

A instalação de uma única unidade é suficiente para garantir o deslocamento entre todos os níveis do prédio, atendendo de forma adequada à demanda de acessibilidade existente, não havendo necessidade técnica de aquisição de múltiplos equipamentos.

Dessa forma, o quantitativo adotado mostra-se compatível com a necessidade da Administração, atendendo aos princípios da economicidade e da eficiência, sem excessos ou insuficiências.

O não parcelamento do objeto justifica-se pela natureza indivisível da solução a ser contratada, que envolve o fornecimento, fabricação sob medida, instalação e pleno funcionamento de sistema integrado de acessibilidade. A eventual divisão do objeto em parcelas distintas, como fornecimento e instalação, acarretaria riscos à compatibilidade técnica entre os componentes, à correta montagem do sistema e à definição de responsabilidades, podendo comprometer o funcionamento adequado do equipamento. Além disso, a execução integrada por uma única empresa assegura a responsabilização direta pelo desempenho do sistema como um todo, incluindo eventuais ajustes, testes e garantia de funcionamento, reduzindo riscos de falhas





operacionais e conflitos contratuais. Assim, o não parcelamento atende ao interesse público ao garantir maior segurança na execução, qualidade do resultado final e eficiência na gestão contratual.

A adoção da modalidade pregão justifica-se em razão da natureza do objeto, que se enquadra como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência.

A fixação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) fundamenta-se na necessidade de assegurar a eficiência, a competitividade e a racionalidade do procedimento licitatório, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas, especialmente aqueles previstos na Lei nº 14.133/2021.

O valor estabelecido corresponde a aproximadamente 0,58% do valor estimado da contratação (R\$ 172.840,00), situando-se dentro de patamar adequado e usualmente adotado pela Administração Pública, o que demonstra sua proporcionalidade em relação ao objeto licitado.

A adoção de intervalo mínimo visa evitar a apresentação de lances com reduções insignificantes, que não produzem impacto econômico relevante, mas que podem prolongar indevidamente a fase competitiva, comprometendo a celeridade e a eficiência do certame.

Adicionalmente, o valor fixado em R\$ 1.000,00 apresenta vantagem operacional, por se tratar de valor arredondado, facilitando a dinâmica de lances pelos licitantes e a condução do pregão pelo agente de contratação, sem prejuízo à ampla competitividade.

Importa destacar que o intervalo definido não restringe a disputa, uma vez que permanece compatível com o valor global da contratação, permitindo reduções progressivas significativas e incentivando a apresentação de propostas economicamente vantajosas.

Dessa forma, a fixação do intervalo mínimo de R\$ 1.000,00 mostra-se adequada, proporcional e suficiente para garantir equilíbrio entre competitividade e







eficiência, evitando lances irrisórios e assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### **04. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

04.01. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Dotação: 4.4.90.52.99**

**Ficha: 11**

**Resumo: OUTROS MATERIAIS PERMANENTES**

#### **05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pessoa jurídica que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), do ramo pertinente ao objeto.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à





correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1 É admitida a participação de empresas constituídas em consórcio, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



- 5.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.7.5. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do





projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **06. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/ DE SUA FASE/ DA PROPOSTA**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas



leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o







órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 6.16 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.







### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

### **6.16.1 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

6.16.1.1. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

### **6.17 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.17.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.17.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou certificados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17.3 É permitida a participação de empresas em consórcio.

6.17.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.





- 6.17.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 6.17.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações.
- 6.17.07 Não será exigida visita técnica para execução do objeto desse edital.
- 6.17.08 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail [licitacaoextrema@yahoo.com.br](mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 6.17.09 A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados no sistema em conformidade com os documentos solicitados e enviados.
- 6.17.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.17.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.17.12 A não observância do disposto no item 6.17.11 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 6.17.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.17.13.1 O prazo para envio da proposta e da documentação de habilitação será de 02 (duas) horas, contado a partir da convocação pelo Pregoeiro no sistema. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formalizado dentro desse período, podendo o prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação apresentada pelo licitante.





6.17.14 **É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de proposta e de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.**

6.17.15 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.17.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.17 Relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.17.18 **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, artigo 64):**

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão registrada no chat do sistema, acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



6.17.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.17.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DA SUA FASE

7.1. O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos, com duas casas decimais.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como a entrega do bem e/ou realização dos serviços na sede da Câmara Municipal de Extrema ou local indicado no município de Extrema.

7.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 90 (noventa) dias.

7.9.1 O licitante deverá garantir a entrega dos itens e/ou a execução do objeto.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.

7.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.10.1.1 Nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser considerada inexequível (dada a presunção relativa da inexequibilidade) a proposta que apresentar valores que não sejam compatíveis com os custos necessários para a adequada execução do objeto licitado. Ressalta-se que a análise da exequibilidade deverá abranger não apenas o valor global da proposta apresentada, mas também seus valores unitários, de forma a assegurar a viabilidade econômico-financeira da contratação em todos os seus aspectos. A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovações e esclarecimentos que julgar pertinentes para aferição da viabilidade da proposta, podendo desclassificar a licitante em caso de comprovação de inexequibilidade em qualquer um dos níveis mencionados, cabendo à licitante demonstrar a sua exequibilidade.





7.10.1.2 O orçamento estimado estabelecido pela Administração é o preço máximo aceitável.

7.10.1.3 O art. 59 da Lei 14.133/2021, em seu inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada.

7.10.2 Não sendo oferecida garantia expressa na proposta de preços, a mesma será de doze meses para todos os efeitos. A finalização da vigência contratual não se confunde com a vigência da garantia, que não se extingue com a vigência contratual.

7.10.3 **A proposta adequada ao preço final deverá ser redigida preferencialmente no modelo deste edital, preenchida com todos os dados solicitados; redigida em Língua Portuguesa e com duas casas decimais.**

7.11 **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR A SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTES EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

7.12 **Itens cuja marca e modelo sejam imprescindíveis é obrigatório o preenchimento em campo próprio sob pena de desclassificação.**

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.





8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: ITEM 01 = R\$ 1.000,00 (mil reais);**

0. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- 8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem





naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.





8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

8.23.5. Será concedido o prazo de até 2 (duas) horas para envio dos documentos solicitados, inclusive aqueles relativos à habilitação, contado da convocação pelo sistema, podendo ser prorrogado pelo pregoeiro, quando necessário à adequada instrução do processo. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.





8.23.6 Os prazos para envio da proposta final adequada bem como dos documentos de habilitação serão de, no mínimo, até duas horas.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.25 O **licitante** ou o **contratado** será responsabilizado administrativamente pela seguinte infração, nos termos do Inciso V do artigo 155 da Lei 14.133/2021: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. conter vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, e, se for o caso de desconto, de forma linear em todos os itens de forma igualitária.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor



final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



9.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.19. Nos termos da legislação aplicável, caso o licitante seja declarado vencedor em razão de critério de desempate que envolva a existência de programa de integridade, o pregoeiro poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do efetivo cumprimento dessa exigência. A documentação apresentada deverá comprovar, de forma objetiva e suficiente, a existência e a efetiva implementação do programa de integridade no âmbito da empresa, nos termos estabelecidos neste edital. O não atendimento à exigência no prazo fixado poderá acarretar a desclassificação da proposta ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.20 A critério do pregoeiro, a comprovação poderá ser exigida nos casos em que o desempate tenha sido resolvido com base em outros critérios previstos em lei, ou





ainda em quaisquer outras situações que justifiquem a verificação do cumprimento do requisito.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do ato.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. **A INTENÇÃO DE RECORRER DEVERÁ SER MANIFESTADA IMEDIATAMENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO;**

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.







10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados e permanecerão sempre abertos ao contraditório e ampla defesa.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação



11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaoextrema@yahoo.com.br](mailto:licitacaoextrema@yahoo.com.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA**

13.1 **Vigência:** O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada permanecerá válida e exigível mesmo após o término da vigência contratual, mantendo-se o fornecedor responsável pelo cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas.

13.2 **Renovação:** Não haverá renovação contratual.

13.3 **Índice de atualização:** Não se aplica.

### **14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.

a. **O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega e a instalação deverão ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). O local para entrega e instalação será a sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) de Extrema, no município de Extrema/MG.**

b. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.

c. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com







seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.

d. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.

e. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

f. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.

g. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

h. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.

i. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

j. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.





k. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.

l. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

## **II. CONDIÇÕES GERAIS**

a) O objeto compreende o fornecimento e a instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas.

b) A plataforma deverá ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos.

c) O local de instalação é a nova sede da UAI Câmara Extrema, situada na Rua Antônio Onisto, nº 41, no município de Extrema.

d) O equipamento deverá ser novo, sem uso, em linha de produção.

## **III. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO**

a) A plataforma deverá ser do tipo elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede.

b) O equipamento deverá ser automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.

c) Deverá ser destinado para aplicação em ambiente interno.



- d) A estrutura deverá ser em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade.
- e) A cor predominante deverá ser branco, preto ou cinza.
- f) A capacidade mínima de carga deverá ser de 225 kg.
- g) A velocidade de deslocamento deverá estar entre 0,06 m/s e 0,15 m/s.
- h) A operação deverá ser suave, estável e segura durante todo o percurso.

#### **IV. SISTEMA DE OPERAÇÃO E CONTROLE**

- a) O sistema deverá possuir controle a bordo integrado à plataforma.
- b) Deverá possuir controle remoto para acionamento à distância.
- c) O equipamento deverá conter painel de botões de operação.
- d) Deverá possuir display integrado para informações operacionais.
- e) Deverá possuir sinalização luminosa em LED.
- f) Deverá possuir sinalização sonora.

#### **V. REQUISITOS DE SEGURANÇA**

- a) O equipamento deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis.
- b) Deverá possuir dispositivos que impeçam operação inadequada.
- c) Deverá possuir alarme sonoro durante o deslocamento.
- d) Deverá possuir sistema de parada automática em caso de obstáculo.
- e) Deverá possuir modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio.
- f) Deverá possuir sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque.

#### **VI. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA**

- a) A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V.
- b) O sistema deverá possuir baterias recarregáveis.
- c) O equipamento deverá permitir funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.

#### **VII. INSTALAÇÃO**

- a) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas: térreo, 1º andar e 2º andar.





- b) O percurso total aproximado será de 16,60 metros.
- c) O percurso será distribuído da seguinte forma:
- c.1) Patamar térreo: 2,50 m;
- c.2) Trecho do térreo ao 1º andar: 7,50 m;
- c.3) Patamar do 1º andar: 1,00 m;
- c.4) Trecho do 1º ao 2º andar: 6,80 m;
- c.5) Patamar do 2º andar: 1,30 m.
- d) As dimensões do local incluem:
- d.1) Largura do corredor: 1,17 m;
- d.2) Pé-direito:
- Térreo: 4,00 m;
  - 1º andar: 3,53 m;
  - 2º andar: 3,41 m.
- e) A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema.
- f) A contratada deverá, obrigatoriamente, conferir todas as medidas in loco antes da fabricação.
- g) A contratada deverá incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação.

### **VIII. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- a) O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

### **IX. CONDIÇÕES FINAIS**

- a) O equipamento deverá atender integralmente às condições descritas no objeto.
- b) A entrega deverá ocorrer com o sistema em pleno funcionamento.
- c) Todos os componentes necessários ao funcionamento deverão estar incluídos no fornecimento.





## 15 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

15.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.8.1 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



15.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

15.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

15.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

15.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.





15.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.12 O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.

15.13 A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

15.14 Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.







15.15 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## 16 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

16.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.



16.2 No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

16.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **Liquidação**

16.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

16.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.





16.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

#### **Prazo de pagamento**

16.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

16.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

#### **Forma de pagamento**

16.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário. Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.



16.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

16.17 Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

## **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgado o julgamento, a adjudicação e a homologação dos resultados da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.11. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de licitação ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
ANEXO II	MATRIZ DE RISCO
ANEXO III	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO IV	PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO V	PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS)
ANEXO VI	MINUTA DO CONTRATO





Extrema, MG, 27 de abril de 2026.

---

**RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA**  
**PRESIDENTE**





## ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026**

1. **OBJETO:** Aquisição de uma **PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA)** instalada.
2. **REGIME DE EXECUÇÃO:** O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega e a instalação deverão ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). O local para entrega e instalação será a sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) de Extrema, no município de Extrema/MG.
3. **DA VISITA TÉCNICA / DA VISTORIA:**
  - a) A realização de visita técnica às dependências da Unidade de Atendimento Integrada – UAI será facultativa às licitantes, podendo ser realizada sem necessidade de agendamento prévio, nos horários das 08h30 às 11h e das 13h30 às 16h30, com o objetivo de propiciar melhor conhecimento das condições locais para execução do objeto.
  - b) As visitas serão realizadas por ordem de chegada, sendo atendidas conforme a disponibilidade da Administração.
  - c) A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, desde que as informações necessárias à formulação da proposta estejam adequadamente descritas no edital e seus anexos.





d) A licitante é responsável pela elaboração de sua proposta, devendo considerar as condições locais e as informações disponibilizadas pela Administração, não podendo alegar desconhecimento de informações constantes do edital e seus anexos, nem das condições locais quando verificáveis por visita facultativa.

#### **4. INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### **5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A presente contratação tem por finalidade promover a melhoria das condições de acesso na nova sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) Câmara de Extrema/MG, assegurando o deslocamento mais seguro, eficiente e inclusivo de pessoas com mobilidade reduzida, incluindo usuários de cadeira de rodas, entre os pavimentos da edificação.

Atualmente, o acesso aos andares superiores é realizado por meio de escadas ou por elevador de pequeno porte, o que pode limitar a capacidade de atendimento, gerar filas, dificultar o fluxo de usuários e restringir o uso pleno do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse contexto, a instalação de uma plataforma elevatória inclinada se apresenta como solução complementar e necessária para ampliar e qualificar os meios de circulação vertical existentes.

A aquisição visa, portanto, aprimorar a acessibilidade e a funcionalidade da edificação, garantindo maior autonomia, conforto e segurança aos usuários, além de contribuir para a fluidez do atendimento e redução de eventuais barreiras físicas.





Dessa forma, faz-se necessária a aquisição e instalação de uma plataforma elevatória inclinada para escada, devidamente dimensionada e fabricada sob medida para o local, com o objetivo de possibilitar a transposição segura entre os níveis da edificação, sem a necessidade de intervenções estruturais complexas. O equipamento deverá permitir o transporte de usuários com estabilidade e segurança, além de possibilitar a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, por meio de sistema dobrável.

A contratação atende, ainda, aos princípios da acessibilidade universal, inclusão e dignidade da pessoa humana, bem como às normas legais vigentes, assegurando que todos os cidadãos possam acessar os serviços públicos ofertados na unidade em condições adequadas.

Por fim, a solução contempla o fornecimento completo do equipamento, sua fabricação conforme as especificidades do local, instalação integral e pleno funcionamento, garantindo operação contínua, segura e eficiente, atendendo plenamente às necessidades institucionais da UAI Câmara Extrema/MG.

A presente contratação atende diretamente ao interesse público ao promover a ampliação e a qualificação do acesso aos serviços prestados na Unidade de Atendimento Integrada (UAI) Câmara de Extrema/MG, garantindo condições mais adequadas de mobilidade, segurança e inclusão a todos os usuários, especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ao complementar os meios de acesso existentes, reduzindo limitações operacionais e barreiras físicas, a medida contribui para a efetivação do princípio da acessibilidade universal, melhora a eficiência do atendimento, otimiza o fluxo de pessoas na edificação e assegura o pleno exercício da cidadania, em conformidade com as normas legais e com os princípios da administração pública.





## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos a seguir elencados, de modo a assegurar o atendimento ao interesse público, a eficiência da aquisição e a plena adequação dos bens às necessidades da Câmara Municipal de Extrema:

- a) O equipamento deverá ser do tipo plataforma elevatória inclinada para escada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, inclusive usuários em cadeira de rodas, para uso em ambiente interno.
- b) A plataforma deverá ser fabricada sob medida, conforme as dimensões e características do local de instalação, sendo obrigatória a realização de vistoria técnica prévia para conferência das medidas in loco antes da fabricação.
- c) O equipamento deverá possuir estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com acabamento adequado ao ambiente interno e cor predominante branco, preto ou cinza.
- d) Deverá possuir capacidade mínima de carga de 225 kg, garantindo o transporte seguro de usuários e seus equipamentos de apoio.
- e) A velocidade de deslocamento deverá estar compreendida entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, assegurando operação suave, estável e segura.
- f) O sistema deverá ser automatizado, com funcionamento por meio de trilhos fixados à escada ou à parede, e possuir mecanismo dobrável que permita a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.
- g) O sistema de operação deverá contemplar controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, com painel de botões de fácil utilização, display informativo, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora.
- h) O equipamento deverá atender integralmente às normas técnicas de acessibilidade e segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade em edificações e equipamentos de transporte vertical.
- i) Deverá possuir dispositivos de segurança, incluindo, no mínimo: braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, sistema de parada automática em caso de obstáculo,







alarme sonoro durante o deslocamento, dispositivos que impeçam operação inadequada e sistema de travamento seguro durante o embarque e desembarque.

j) Deverá possuir sistema de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha elétrica ou bloqueio do sistema.

k) A alimentação elétrica deverá ser realizada por meio de carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.

l) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, incluindo patamares e trechos intermediários conforme as características da edificação.

m) A contratada deverá ser responsável pelo fornecimento completo do equipamento, incluindo todos os componentes, trilhos, fixações, acessórios e demais itens necessários à instalação e pleno funcionamento do sistema.

n) A instalação deverá ser realizada por equipe técnica qualificada, garantindo a correta fixação, alinhamento e funcionamento do equipamento, bem como a segurança dos usuários.

o) A contratada deverá realizar testes operacionais, ajustes e entrega técnica do equipamento em pleno funcionamento, incluindo orientação básica aos usuários e responsáveis quanto à operação segura.

p) O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, não sendo admitidos equipamentos reconicionados.

q) O prazo máximo para fornecimento e instalação deverá ser de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

r) A contratada deverá prestar garantia mínima do equipamento, conforme práticas de mercado, assegurando suporte técnico e manutenção corretiva durante o período estabelecido.





## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

### I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

### II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- c) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- d) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- e) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- f) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em





vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

### III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

As quantidades estimadas dos produtos a serem contratados estão estabelecidos na tabela abaixo:





ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de	R\$ 172.840,00	01 peça	R\$ 172.840,00





<p>baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.</p>			
--	--	--	--

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA**

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados para todos os serviços que serão aplicados na contratação. Esses valores servirão como referência para estabelecer o limite máximo aceitável, com base na mencionada planilha.







## JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.

### Justificativa Técnica

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar as condições de acessibilidade e circulação vertical na nova sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) Câmara de Extrema/MG, tendo em vista que o acesso aos pavimentos superiores atualmente se dá por meio de escadas ou por elevador de pequeno porte, o que pode limitar a capacidade de atendimento, gerar filas e dificultar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida.

Sob o ponto de vista técnico, a instalação de uma plataforma elevatória inclinada para escada configura-se como solução adequada e eficiente para o cenário existente, uma vez que permite a adaptação da edificação sem a necessidade de intervenções estruturais complexas, como a construção de novos poços de elevador ou alterações significativas na arquitetura do imóvel. Trata-se de equipamento projetado especificamente para percursos em escadas, com instalação sobre trilhos, ocupando espaço reduzido e possibilitando a liberação do vão para circulação quando não estiver em uso.

A solução proposta apresenta, ainda, elevada compatibilidade com as características físicas do local, considerando o percurso com múltiplos lances e patamares, bem como a limitação de espaço nos corredores. A plataforma inclinada permite atender a esses requisitos com segurança, estabilidade e eficiência operacional, garantindo o transporte de usuários entre os pavimentos de forma contínua e confiável.





Do ponto de vista funcional, o equipamento contribui para a melhoria do fluxo interno da unidade, atuando de forma complementar ao elevador existente, reduzindo a sobrecarga de uso e proporcionando alternativa adicional de acesso. Tal redundância operacional é especialmente relevante em situações de manutenção, indisponibilidade ou alta demanda, assegurando a continuidade do atendimento ao público.

Adicionalmente, a solução atende aos requisitos técnicos de segurança e acessibilidade, incorporando dispositivos de proteção, sistemas de controle automatizado, operação assistida e mecanismos de emergência, garantindo a integridade dos usuários durante todo o percurso. O uso de sistema com baterias recarregáveis também assegura funcionamento mesmo em situações de interrupção de energia elétrica.

Por fim, a contratação se justifica tecnicamente por promover a adequação da edificação às normas vigentes de acessibilidade, aumentar a eficiência operacional da unidade, reduzir barreiras arquitetônicas e proporcionar maior segurança, conforto e autonomia aos usuários, configurando-se como solução tecnicamente viável, funcional e alinhada às necessidades institucionais da UAI Câmara de Extrema/MG.

### **Justificativa econômica**

A presente contratação apresenta justificativa econômica consistente, considerando-se a relação custo-benefício, a durabilidade do investimento e os impactos financeiros diretos e indiretos para a Administração Pública. A aquisição e instalação de uma plataforma elevatória inclinada para acessibilidade configura investimento de médio prazo com elevada vida útil, fabricada em materiais de alta resistência, como alumínio ou equivalente, exigindo baixa manutenção periódica e reduzido custo operacional ao longo do tempo.

Sob o ponto de vista econômico, a solução proposta mostra-se mais vantajosa em comparação a alternativas estruturais mais complexas, como a instalação de elevadores convencionais ou reformas civis de grande porte, que demandariam obras





estruturais, licenças adicionais, maior tempo de execução e custos significativamente superiores. A plataforma inclinada, por sua vez, utiliza a própria estrutura existente da escada, minimizando intervenções físicas no imóvel, reduzindo custos com engenharia civil e evitando interrupções prolongadas no funcionamento da unidade.

Adicionalmente, a presença de sistema automatizado, alimentação por baterias recarregáveis e operação eficiente contribui para a redução de custos com energia elétrica e garante continuidade do serviço mesmo em situações de queda de energia, evitando prejuízos operacionais. O modelo dobrável ainda preserva o uso regular da escada, evitando necessidade de adaptações adicionais ou perdas de espaço útil.

Do ponto de vista econômico-social, a contratação também reduz custos indiretos associados à ausência de acessibilidade, como possíveis demandas judiciais, indenizações e adaptações emergenciais, além de otimizar o atendimento ao público, ampliando o acesso aos serviços e melhorando a eficiência administrativa. A adequação às normas de acessibilidade representa, portanto, não apenas cumprimento legal, mas uma medida preventiva que evita dispêndios futuros e fortalece a sustentabilidade financeira da Administração.

Dessa forma, a contratação se revela economicamente viável, eficiente e alinhada aos princípios da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos, ao proporcionar solução duradoura, de menor custo comparativo e com alto retorno social e institucional.

## **7. INDICAÇÃO DE DIFERENTES SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO (CONSIDERANDO, AINDA, O CICLO DE VIDA DO OBJETO)**

I – Soluções disponíveis no mercado para acessibilidade vertical

No mercado, existem diversas soluções técnicas capazes de promover acessibilidade entre pavimentos, sendo as principais:

### **a) Plataforma elevatória inclinada (objeto desta contratação)**



Consiste em equipamento instalado sobre trilhos ao longo da escada, permitindo o transporte de cadeirantes. Destaca-se por exigir mínima intervenção estrutural, rápida instalação e menor custo global, sendo especialmente indicada para edificações já existentes com limitação de espaço.

**b) Plataforma elevatória vertical**

Equipamento que realiza deslocamento vertical semelhante a um elevador simplificado, indicado para desníveis pequenos e médios. Possui custo superior ao modelo inclinado e pode demandar pequenas obras civis, embora ainda seja mais econômico que elevadores convencionais.

**c) Elevador convencional (hidráulico ou elétrico)**

Solução completa de transporte vertical, indicada para fluxo intenso de usuários. Apresenta elevado custo de aquisição, instalação e manutenção, além de exigir obras estruturais relevantes, como casa de máquinas ou caixa de corrida, o que aumenta significativamente o investimento inicial.

**d) Rampas de acessibilidade**

Alternativa arquitetônica que elimina barreiras por meio de inclinação gradual. Apesar de simples, muitas vezes é inviável em edificações existentes devido à necessidade de grande espaço físico e intervenções estruturais extensas, elevando o custo total.





#### **e) Cadeira elevatória (plataforma tipo assento)**

Equipamento fixado à escada para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, porém sem cadeira de rodas. Possui menor custo, mas não atende plenamente aos requisitos de acessibilidade universal.

#### **f) Plataformas móveis ou temporárias**

Soluções portáteis utilizadas em eventos ou situações específicas, com menor capacidade e menor durabilidade, não sendo adequadas para uso permanente em prédios públicos.

### **II – Comparação sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto**

Considerando o ciclo de vida (aquisição, instalação, operação, manutenção e substituição), as soluções apresentam diferenças relevantes:

#### **a) Investimento inicial**

A plataforma inclinada apresenta custo intermediário e significativamente inferior ao elevador convencional, podendo variar conforme especificações e percurso. Já elevadores exigem maior aporte financeiro e obras complexas.

#### **b) Custos de instalação**

A plataforma inclinada possui instalação rápida e com baixa necessidade de obra civil, reduzindo custos indiretos e tempo de indisponibilidade do ambiente. Elevadores e rampas demandam adaptações estruturais mais onerosas.







### **c) Custos operacionais**

Equipamentos como plataformas elevatórias apresentam baixo consumo energético e podem operar com baterias recarregáveis, garantindo eficiência e continuidade mesmo em falta de energia.

### **d) Manutenção**

Plataformas elevatórias possuem manutenção simples e de menor custo, baseada em inspeções periódicas. Em contraste, elevadores convencionais exigem contratos contínuos de manutenção especializada, com maior custo ao longo do tempo.

### **e) Vida útil e durabilidade**

Equipamentos fabricados em alumínio ou aço possuem elevada durabilidade, com vida útil prolongada quando submetidos à manutenção preventiva adequada. Soluções mais simples (como móveis) possuem ciclo de vida reduzido.

### **f) Adaptabilidade e reversibilidade**

A plataforma inclinada pode ser instalada sem alterações estruturais permanentes, sendo inclusive passível de remoção ou relocação, o que não ocorre com elevadores ou rampas estruturais.

### **g) Impacto operacional**

A solução inclinada permite manter a escada funcional quando não está em uso (modelo dobrável), evitando prejuízo ao fluxo normal de pessoas e dispensando adaptações adicionais.





### III – Conclusão técnica

Dentre as soluções existentes, a plataforma elevatória inclinada apresenta o melhor equilíbrio entre custo inicial, custo ao longo do ciclo de vida, facilidade de instalação, manutenção simplificada e adequação às condições físicas da edificação. Assim, considerando critérios de economicidade, eficiência, sustentabilidade e viabilidade técnica, verifica-se que a solução proposta é a mais adequada para atender à necessidade da Administração Pública, garantindo acessibilidade com menor impacto financeiro e estrutural ao longo de todo o ciclo de vida do objeto.

### 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de	R\$ 172.840,00	01 peça	R\$ 172.840,00





<p>operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova</p>			
--	--	--	--





	sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.			
--	---	--	--	--

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados**.

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução consiste na aquisição, fornecimento, fabricação sob medida, instalação completa e entrada em operação de uma plataforma de acessibilidade para escada do tipo elevatória inclinada, destinada ao transporte seguro de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas entre os pavimentos da edificação. O sistema será instalado em ambiente interno, utilizando trilhos fixados à escada ou à parede, com configuração adaptada às características físicas do local, garantindo plena integração à estrutura existente, sem comprometer a circulação normal.

O equipamento deverá possuir estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com acabamento nas cores branco, preto ou cinza, sendo dotado de mecanismo dobrável que permita a liberação do vão da escada quando não estiver em uso. A capacidade mínima de carga será de 225 kg, com velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, assegurando operação suave, estável e segura em todo o percurso.

O sistema de operação deverá contemplar controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, com painel de comandos,





display informativo, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora, proporcionando acessibilidade e facilidade de uso. Em termos de segurança, o equipamento deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos de bloqueio contra uso indevido, alarme durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculos, além de modo de operação manual ou de resgate em situações de falha ou interrupção.

A alimentação elétrica será realizada por meio de sistema de baterias recarregáveis com carregador em 220V, garantindo funcionamento contínuo mesmo em situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, devidamente ajustado aos patamares e inclinações existentes, respeitando as dimensões do local.

A contratada será responsável por instalação completa, testes operacionais, ajustes finais e entrega do sistema em pleno funcionamento.

## **II – Exigências relacionadas à assistência técnica**

A contratada deverá assegurar suporte técnico adequado durante o período de garantia e, quando aplicável, após este período, observando os seguintes requisitos:

- a) Garantia mínima do equipamento, abrangendo defeitos de fabricação, montagem e funcionamento, conforme práticas de mercado;
- b) Disponibilização de assistência técnica especializada, com equipe capacitada para atendimento, manutenção e reparos;
- c) Atendimento em prazo razoável para correção de falhas, visando evitar a indisponibilidade prolongada do equipamento;
- d) Suporte técnico para orientação de uso e solução de eventuais problemas operacionais;
- e) Realização de ajustes e correções necessárias durante o período de garantia, sem ônus adicional para a Administração.





#### **IV – Conclusão**

A solução proposta contempla não apenas o fornecimento de um equipamento de acessibilidade, mas um sistema completo, seguro, durável e eficiente, incluindo todas as etapas necessárias à sua plena operação. As exigências de manutenção e assistência técnica asseguram a continuidade do serviço, a preservação do investimento público e a mitigação de riscos operacionais, garantindo que o equipamento permaneça em condições adequadas de uso ao longo de todo o seu ciclo de vida.

### **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

#### **I – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade**

A contratação da plataforma elevatória inclinada visa assegurar uma solução economicamente eficiente, com redução significativa de custos em comparação a alternativas mais complexas, como elevadores convencionais ou reformas estruturais de grande porte. A utilização da estrutura existente da escada elimina a necessidade de obras civis extensas, reduzindo despesas com engenharia, licenciamento e adaptações físicas.

Além disso, o equipamento apresenta baixo consumo energético, operando com sistema de baterias recarregáveis, o que diminui os custos operacionais ao longo do tempo. A manutenção simplificada, baseada em inspeções periódicas, também contribui para a redução de gastos contínuos, diferentemente de soluções que exigem contratos permanentes e especializados de alto custo.

A durabilidade dos materiais empregados garante maior vida útil ao equipamento, evitando substituições precoces e ampliando o retorno sobre o investimento público. Soma-se a isso a mitigação de custos indiretos, como eventuais





demandas judiciais decorrentes da falta de acessibilidade, despesas com adaptações emergenciais e prejuízos relacionados à limitação de acesso aos serviços públicos.

## **II – Melhor aproveitamento dos recursos humanos**

A implementação da plataforma proporciona maior autonomia aos usuários com mobilidade reduzida, eliminando a necessidade de auxílio constante por parte de servidores ou terceiros para deslocamento entre pavimentos. Isso permite que os recursos humanos da unidade sejam direcionados às suas atividades finalísticas, aumentando a produtividade e a eficiência do atendimento ao público.

Adicionalmente, a solução reduz riscos ocupacionais relacionados ao esforço físico de servidores ao auxiliar no deslocamento de pessoas, contribuindo para a prevenção de acidentes de trabalho e afastamentos, com reflexos positivos na gestão de pessoal.

## **III – Melhor aproveitamento dos recursos materiais**

A solução proposta preserva integralmente a estrutura física existente, evitando intervenções que poderiam comprometer ou inutilizar áreas do imóvel. O modelo dobrável da plataforma garante a manutenção do uso pleno da escada, sem prejuízo à circulação cotidiana, otimizando o aproveitamento do espaço físico disponível.

O sistema integrado e compacto reduz a necessidade de aquisição de equipamentos complementares ou adaptações adicionais, concentrando em um único objeto todas as funcionalidades necessárias à acessibilidade vertical.

## **IV – Melhor aproveitamento dos recursos financeiros**

Do ponto de vista financeiro, a contratação representa investimento com elevado retorno social e institucional, ao ampliar o acesso da população aos serviços públicos com custo controlado. A previsibilidade de despesas, aliada à baixa





complexidade de manutenção, favorece o planejamento orçamentário e evita gastos inesperados.

A escolha da solução inclinada, em detrimento de alternativas mais onerosas, demonstra alinhamento com os princípios da economicidade e da eficiência, garantindo a aplicação racional dos recursos públicos. Ao mesmo tempo, promove-se a valorização do investimento ao assegurar conformidade com normas de acessibilidade e evitar futuras despesas com adequações obrigatórias.

## **V – Síntese dos resultados pretendidos**

Como resultado, espera-se a implementação de uma solução que combine baixo custo global, alta durabilidade, eficiência operacional e impacto positivo na qualidade do serviço público. A contratação permitirá maior inclusão, otimização dos recursos disponíveis e sustentabilidade financeira, consolidando-se como medida estratégica de gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.

## **11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

As providências a seguir devem ser adotadas antes da celebração do contrato:

- a) Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
- b) Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
- c) Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
- d) Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
- e) Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);





f) Submeter a autuação e os documentos que compõem esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Atualmente, a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para o fornecimento do referido objeto.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

A solução proposta apresenta impactos ambientais reduzidos, caracterizando-se como alternativa sustentável em comparação a intervenções estruturais mais complexas. A instalação da plataforma elevatória inclinada utiliza a estrutura já existente da edificação, evitando obras civis de grande porte, o que reduz significativamente a geração de resíduos, o consumo de materiais de construção e a emissão de poluentes associados a reformas. Além disso, o equipamento possui baixo consumo energético e opera com sistema de baterias recarregáveis, contribuindo para maior eficiência no uso de energia. A durabilidade dos materiais empregados, como alumínio ou equivalentes de alta resistência, também favorece a redução de descartes ao longo do tempo, ampliando o ciclo de vida do produto. Por fim, a manutenção simplificada e a possibilidade de substituição pontual de componentes minimizam impactos ambientais adicionais, tornando a solução alinhada aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na Administração Pública.





## 14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico regime de execução indireta, pelo menor preço unitário, fornecimento em até 120 dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F).

## 15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico, operacional e jurídico. Do ponto de vista técnico, a solução é compatível com as características físicas do local de instalação, permitindo adaptação à estrutura existente sem necessidade de intervenções estruturais complexas, além de atender às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Sob o aspecto econômico, apresenta relação custo-benefício favorável, com investimento inicial inferior a alternativas como elevadores convencionais e custos reduzidos de operação e manutenção ao longo do ciclo de vida. No campo operacional, a implementação é simples, com prazo definido e exequível, não comprometendo o funcionamento da unidade durante sua execução, além de proporcionar ganho imediato na acessibilidade e na qualidade do atendimento ao público. Quanto à viabilidade jurídica, a contratação encontra respaldo nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, estando alinhada às exigências normativas de acessibilidade em edificações públicas. Dessa forma, conclui-se que a contratação é adequada, necessária e plenamente viável, representando solução eficiente e sustentável para atendimento da demanda apresentada.





CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



Extrema, MG, 16 de abril de 2026.

---

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse ETP.

---

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626  
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



camaraextrema.mg.gov.br



## ANEXO II

### MATRIZ DE RISCOS – PRC 43/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 05/2026

#### 1. Objeto

Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada. Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar







térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.

## 2. FASE DE ANÁLISE

Foram consideradas as seguintes fases:

- **Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor;**
- **Gestão do Contrato.**

## 3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**Risco 01 – Atraso no procedimento licitatório.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Atraso na abertura do procedimento.

**Ação Preventiva:** Observar atentamente o preenchimento da requisição inicial conforme orientações no site da Câmara.

**Responsável:** Requerente.

**Ação de Contingência:** Saneamento do preenchimento e entrega rápida no setor de compras.

**Responsável:** Chefe imediato do requerente.



**Risco 02 – Descrição do objeto com indicação de marca sem justificativa.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Restrição à competitividade, nulidade do certame, retrabalho e responsabilização.

**Ação Preventiva:** Justificar previamente a indicação de marca.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Suspender o processo ou justificar a indicação detectada.

**Responsável:** Presidente da Câmara / Jurídico.

**Risco 03 – Estimativa de preço fora do mercado.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Licitação deserta ou contratação com sobrepreço.

**Ação Preventiva:** Realizar pesquisa de mercado adequada e abrangente.

**Responsável:** Orçamentista / Pregoeiro / Jurídico.

**Ação de Contingência:** Negociar a redução dos valores ou avaliar a dispensa de licitação.

**Responsável:** Pregoeiro / Jurídico.

**4. GESTÃO DE CONTRATOS**

**Risco 01 – Contratada perde condições de executar o serviço.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.

**Dano Potencial:** Inexecução e necessidade de rescisão contratual.

**Ação Preventiva:** Fiscalizar tecnicamente e economicamente a execução do contrato.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação formal, abertura de processo e convocação de segundo colocado.





**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

**Risco 02 – Serviço ou entrega insatisfatórios.**

**Probabilidade:** Média.

**Impacto:** Alto.

**Dano Potencial:** Interferência na qualidade dos serviços prestados.

**Ação Preventiva:** Comunicação clara e exigência de conformidade dos serviços e itens.

**Responsável:** Almoxarife / Fiscal / Gestor de Contratos.

**Ação de Contingência:** Comunicação reiterada e aplicação de penalidades.

**Responsável:** Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

**Risco 03 – Empresa impedida de contratar com a Administração.**

**Probabilidade:** Baixa.

**Impacto:** Médio.

**Dano Potencial:** Problemas jurídicos e execução irregular do contrato.

**Ação Preventiva:** Consultar o CNEP, TCU e outros cadastros antes da contratação.

**Responsável:** Pregoeiro.

**Ação de Contingência:** Inabilitação da empresa irregular.

**Responsável:** Pregoeiro.

## 5. ANÁLISE FINAL

A elaboração do presente Mapa de Risco visa atender aos princípios de **planejamento, eficiência, transparência e integridade** da administração pública, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**. Ainda que a licitação ocorra nos termos do Pregão Eletrônico, conforme Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, faz-se imprescindível a avaliação de riscos envolvidos, bem como a adoção de medidas de mitigação, a fim de resguardar o interesse público e prevenir irregularidades.





## 6. CIÊNCIA E APROVAÇÃO

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.

Extrema, MG, 16 de abril de 2026.

---

TAMIREZ NUNES DA SILVA ALBERTINI  
DIRETORA GERAL





## ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026**

**Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo menor preço unitário.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de uma **PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA)** instalada. Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As





dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.

1.1 **Quantitativo:** Conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de	R\$ 172.840,00	01 peça	R\$ 172.840,00







<p>operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.</p>			
--	--	--	--





1.2 **Prazo do contrato:** A data de vigência do contrato será considerada como a data da última assinatura digital aposta no instrumento contratual, a qual será adotada como data-base para todos os efeitos legais do contrato. Essa data prevalecerá como marco inicial para a contagem de prazos, cumprimento de obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste. Na hipótese de assinatura híbrida, será igualmente considerada como data-base a data da última assinatura digital. Caso o contrato seja firmado exclusivamente de forma presencial, a data constante na cláusula final do instrumento contratual prevalecerá como marco para o início da contagem dos prazos, obrigações e demais efeitos dele decorrentes. **Prazo:** até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual.

1.3 Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

1.4 A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2024 e também no ComprasGov: Linha 510.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com os **Estudos Técnicos Preliminares** a presente contratação tem por finalidade promover a melhoria das condições de acesso na nova sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) Câmara de Extrema/MG, assegurando o deslocamento mais seguro, eficiente e inclusivo de pessoas com mobilidade reduzida, incluindo usuários de cadeira de rodas, entre os pavimentos da edificação.

Atualmente, o acesso aos andares superiores é realizado por meio de escadas ou por elevador de pequeno porte, o que pode limitar a capacidade de atendimento, gerar filas, dificultar o fluxo de usuários e restringir o uso pleno do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse contexto, a instalação de uma plataforma elevatória inclinada se apresenta como solução complementar e necessária para ampliar e qualificar os meios de circulação vertical existentes.





A aquisição visa, portanto, aprimorar a acessibilidade e a funcionalidade da edificação, garantindo maior autonomia, conforto e segurança aos usuários, além de contribuir para a fluidez do atendimento e redução de eventuais barreiras físicas.

Dessa forma, faz-se necessária a aquisição e instalação de uma plataforma elevatória inclinada para escada, devidamente dimensionada e fabricada sob medida para o local, com o objetivo de possibilitar a transposição segura entre os níveis da edificação, sem a necessidade de intervenções estruturais complexas. O equipamento deverá permitir o transporte de usuários com estabilidade e segurança, além de possibilitar a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, por meio de sistema dobrável.

A contratação atende, ainda, aos princípios da acessibilidade universal, inclusão e dignidade da pessoa humana, bem como às normas legais vigentes, assegurando que todos os cidadãos possam acessar os serviços públicos ofertados na unidade em condições adequadas.

Por fim, a solução contempla o fornecimento completo do equipamento, sua fabricação conforme as especificidades do local, instalação integral e pleno funcionamento, garantindo operação contínua, segura e eficiente, atendendo plenamente às necessidades institucionais da UAI Câmara Extrema/MG.

A presente contratação atende diretamente ao interesse público ao promover a ampliação e a qualificação do acesso aos serviços prestados na Unidade de Atendimento Integrada (UAI) Câmara de Extrema/MG, garantindo condições mais adequadas de mobilidade, segurança e inclusão a todos os usuários, especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ao complementar os meios de acesso existentes, reduzindo limitações operacionais e barreiras físicas, a medida contribui para a efetivação do princípio da acessibilidade universal, melhora a eficiência do atendimento, otimiza o fluxo de pessoas na edificação e assegura o pleno exercício da cidadania, em conformidade com as normas legais e com os princípios da administração pública.





### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A solução consiste na aquisição, fabricação sob medida, fornecimento, instalação e entrega em pleno funcionamento de uma plataforma de acessibilidade para escada do tipo elevatória inclinada, destinada ao transporte seguro de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas entre os pavimentos da edificação. Trata-se de sistema integrado a ser instalado sobre trilhos fixados à escada ou à parede, com funcionamento automatizado e estrutura dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sem comprometer a circulação regular.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange inicialmente a fase de planejamento e aquisição, que compreende a definição das especificações técnicas, a verificação das condições do local e a realização de visita técnica obrigatória pela contratada para conferência das medidas in loco. Em seguida, na fase de fabricação, o equipamento será produzido sob medida, utilizando materiais de alta resistência e durabilidade, adequados ao uso contínuo em ambiente interno e compatíveis com as exigências de segurança e acessibilidade.

Na etapa de fornecimento e instalação, a contratada será responsável pela entrega de todos os componentes necessários, incluindo trilhos, sistemas de fixação, estrutura da plataforma, componentes elétricos e dispositivos de segurança, bem como pela instalação integral do equipamento no local indicado. Esta fase inclui a montagem completa, testes operacionais, ajustes finais e a entrega do sistema em perfeito funcionamento, devidamente adequado às normas técnicas aplicáveis.

Na fase de operação, o equipamento deverá proporcionar funcionamento seguro, estável e eficiente, com capacidade mínima de 225 kg, velocidade compatível com padrões de segurança e sistema de controle por meio de comandos locais e remotos. O sistema deverá dispor de dispositivos de segurança, como barreiras de proteção, sensores de obstáculos, parada automática e mecanismos de resgate manual, assegurando a integridade dos usuários durante o uso.





No que se refere ao ciclo de uso, embora o objeto da contratação não contemple a prestação de serviços contínuos de manutenção, a solução deverá ser concebida com base em critérios de durabilidade, confiabilidade e facilidade de conservação, permitindo que a Administração realize, posteriormente, a manutenção preventiva e corretiva por meios próprios ou mediante contratação específica. A exigência de fornecimento de manual técnico e a utilização de componentes padronizados contribuem para a adequada gestão do equipamento ao longo de sua vida útil.

Por fim, na etapa de eventual substituição ou desativação, a solução apresenta como vantagem a possibilidade de remoção com baixo impacto estrutural, tendo em vista que sua instalação não demanda alterações permanentes significativas na edificação. Isso permite futura atualização tecnológica ou substituição do equipamento, preservando a integridade do imóvel.

Dessa forma, a solução proposta contempla todas as etapas essenciais do ciclo de vida do objeto — desde a aquisição até sua utilização — garantindo eficiência, segurança, durabilidade e adequada gestão do investimento público, ainda que a manutenção não esteja incluída no escopo contratual inicial.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos a seguir elencados, de modo a assegurar o atendimento ao interesse público, a eficiência da aquisição e a plena adequação dos bens às necessidades da Câmara Municipal de Extrema:

- a) O equipamento deverá ser do tipo plataforma elevatória inclinada para escada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, inclusive usuários em cadeira de rodas, para uso em ambiente interno.
- b) A plataforma deverá ser fabricada sob medida, conforme as dimensões e características do local de instalação, sendo obrigatória a realização de vistoria técnica prévia para conferência das medidas in loco antes da fabricação.





- c) O equipamento deverá possuir estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com acabamento adequado ao ambiente interno e cor predominante branco, preto ou cinza.
- d) Deverá possuir capacidade mínima de carga de 225 kg, garantindo o transporte seguro de usuários e seus equipamentos de apoio.
- e) A velocidade de deslocamento deverá estar compreendida entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, assegurando operação suave, estável e segura.
- f) O sistema deverá ser automatizado, com funcionamento por meio de trilhos fixados à escada ou à parede, e possuir mecanismo dobrável que permita a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.
- g) O sistema de operação deverá contemplar controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, com painel de botões de fácil utilização, display informativo, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora.
- h) O equipamento deverá atender integralmente às normas técnicas de acessibilidade e segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade em edificações e equipamentos de transporte vertical.
- i) Deverá possuir dispositivos de segurança, incluindo, no mínimo: braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, sistema de parada automática em caso de obstáculo, alarme sonoro durante o deslocamento, dispositivos que impeçam operação inadequada e sistema de travamento seguro durante o embarque e desembarque.
- j) Deverá possuir sistema de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha elétrica ou bloqueio do sistema.
- k) A alimentação elétrica deverá ser realizada por meio de carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.
- l) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, incluindo patamares e trechos intermediários conforme as características da edificação.







- m) A contratada deverá ser responsável pelo fornecimento completo do equipamento, incluindo todos os componentes, trilhos, fixações, acessórios e demais itens necessários à instalação e pleno funcionamento do sistema.
- n) A instalação deverá ser realizada por equipe técnica qualificada, garantindo a correta fixação, alinhamento e funcionamento do equipamento, bem como a segurança dos usuários.
- o) A contratada deverá realizar testes operacionais, ajustes e entrega técnica do equipamento em pleno funcionamento, incluindo orientação básica aos usuários e responsáveis quanto à operação segura.
- p) O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, não sendo admitidos equipamentos reconicionados.
- q) O prazo máximo para fornecimento e instalação deverá ser de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- r) A contratada deverá prestar garantia mínima do equipamento, conforme práticas de mercado, assegurando suporte técnico e manutenção corretiva durante o período estabelecido.

## REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

### I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- e) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- f) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- g) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- h) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.





## II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- g) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- h) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- i) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- j) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- c) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.





- d) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

II. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.

**m. O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega e a instalação deverão ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). O local para entrega e instalação será a sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) de Extrema, no município de Extrema/MG.**

n. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.

o. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.

p. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.

q. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias





corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

r. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.

s. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

t. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.

u. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

v. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

w. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.

x. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela



execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

## **II. CONDIÇÕES GERAIS**

- a) O objeto compreende o fornecimento e a instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas.
- b) A plataforma deverá ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos.
- c) O local de instalação é a nova sede da UAI Câmara Extrema, situada na Rua Antônio Onisto, nº 41, no município de Extrema.
- d) O equipamento deverá ser novo, sem uso, em linha de produção.

## **III. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO**

- a) A plataforma deverá ser do tipo elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede.
- b) O equipamento deverá ser automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.
- c) Deverá ser destinado para aplicação em ambiente interno.
- d) A estrutura deverá ser em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade.
- e) A cor predominante deverá ser branco, preto ou cinza.
- f) A capacidade mínima de carga deverá ser de 225 kg.
- g) A velocidade de deslocamento deverá estar entre 0,06 m/s e 0,15 m/s.
- h) A operação deverá ser suave, estável e segura durante todo o percurso.

## **IV. SISTEMA DE OPERAÇÃO E CONTROLE**

- a) O sistema deverá possuir controle a bordo integrado à plataforma.
- b) Deverá possuir controle remoto para acionamento à distância.



- c) O equipamento deverá conter painel de botões de operação.
- d) Deverá possuir display integrado para informações operacionais.
- e) Deverá possuir sinalização luminosa em LED.
- f) Deverá possuir sinalização sonora.

## **V. REQUISITOS DE SEGURANÇA**

- a) O equipamento deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis.
- b) Deverá possuir dispositivos que impeçam operação inadequada.
- c) Deverá possuir alarme sonoro durante o deslocamento.
- d) Deverá possuir sistema de parada automática em caso de obstáculo.
- e) Deverá possuir modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio.
- f) Deverá possuir sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque.

## **VI. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA**

- a) A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V.
- b) O sistema deverá possuir baterias recarregáveis.
- c) O equipamento deverá permitir funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.

## **VII. INSTALAÇÃO**

- a) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas: térreo, 1º andar e 2º andar.
- b) O percurso total aproximado será de 16,60 metros.
- c) O percurso será distribuído da seguinte forma:
  - c.1) Patamar térreo: 2,50 m;
  - c.2) Trecho do térreo ao 1º andar: 7,50 m;
  - c.3) Patamar do 1º andar: 1,00 m;
  - c.4) Trecho do 1º ao 2º andar: 6,80 m;
  - c.5) Patamar do 2º andar: 1,30 m.
- d) As dimensões do local incluem:







d.1) Largura do corredor: 1,17 m;

d.2) Pé-direito:

- Térreo: 4,00 m;
- 1º andar: 3,53 m;
- 2º andar: 3,41 m.

e) A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema.

f) A contratada deverá, obrigatoriamente, conferir todas as medidas in loco antes da fabricação.

g) A contratada deverá incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação.

#### **VIII. PRAZO DE EXECUÇÃO**

a) O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

#### **IX. CONDIÇÕES FINAIS**

a) O equipamento deverá atender integralmente às condições descritas no objeto.

b) A entrega deverá ocorrer com o sistema em pleno funcionamento.

c) Todos os componentes necessários ao funcionamento deverão estar incluídos no fornecimento.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO**

a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





- c. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- g. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- ii. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- iii. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- iv. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.





- v. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- h. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- i. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- ii. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- iii. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.





- iv. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- j. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- k. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.
- l. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- m. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
- n. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- g) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- h) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;





- i) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- j) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- k) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- l) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 7.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue nas condições estabelecidas.
- 7.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.
- 7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





## Liquidação

7.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.5 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

7.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que







implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

#### **Prazo de pagamento**

7.13 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.14 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

#### **Forma de pagamento**

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.



7.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

7.19 Não será admitida a antecipação de pagamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo menor preço unitário. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro são as usuais para a generalidade dos objetos.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.**



A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de	R\$ 172.840,00	01 peça	R\$ 172.840,00





<p>baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.</p>			
--	--	--	--

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato para esse objeto específico.

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado **“Análise Crítica dos Dados Coletados”**.

## 10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:



**Dotação:** 4.4.90.52.99

**Ficha:** 11

**Resumo:** OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

## 11. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar as condições de acessibilidade e circulação vertical na nova sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) Câmara de Extrema/MG, tendo em vista que o acesso aos pavimentos superiores atualmente se dá por meio de escadas ou por elevador de pequeno porte, o que pode limitar a capacidade de atendimento, gerar filas e dificultar o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida.

Sob o ponto de vista técnico, a instalação de uma plataforma elevatória inclinada para escada configura-se como solução adequada e eficiente para o cenário existente, uma vez que permite a adaptação da edificação sem a necessidade de intervenções estruturais complexas, como a construção de novos poços de elevador ou alterações significativas na arquitetura do imóvel. Trata-se de equipamento projetado especificamente para percursos em escadas, com instalação sobre trilhos, ocupando espaço reduzido e possibilitando a liberação do vão para circulação quando não estiver em uso.

A solução proposta apresenta, ainda, elevada compatibilidade com as características físicas do local, considerando o percurso com múltiplos lances e patamares, bem como a limitação de espaço nos corredores. A plataforma inclinada permite atender a esses requisitos com segurança, estabilidade e eficiência operacional, garantindo o transporte de usuários entre os pavimentos de forma contínua e confiável.

Do ponto de vista funcional, o equipamento contribui para a melhoria do fluxo interno da unidade, atuando de forma complementar ao elevador existente, reduzindo a sobrecarga de uso e proporcionando alternativa adicional de acesso. Tal redundância operacional é especialmente relevante em situações de manutenção,







indisponibilidade ou alta demanda, assegurando a continuidade do atendimento ao público.

Adicionalmente, a solução atende aos requisitos técnicos de segurança e acessibilidade, incorporando dispositivos de proteção, sistemas de controle automatizado, operação assistida e mecanismos de emergência, garantindo a integridade dos usuários durante todo o percurso. O uso de sistema com baterias recarregáveis também assegura funcionamento mesmo em situações de interrupção de energia elétrica.

Por fim, a contratação se justifica tecnicamente por promover a adequação da edificação às normas vigentes de acessibilidade, aumentar a eficiência operacional da unidade, reduzir barreiras arquitetônicas e proporcionar maior segurança, conforto e autonomia aos usuários, configurando-se como solução tecnicamente viável, funcional e alinhada às necessidades institucionais da UAI Câmara de Extrema/MG.

A presente contratação apresenta justificativa econômica consistente, considerando-se a relação custo-benefício, a durabilidade do investimento e os impactos financeiros diretos e indiretos para a Administração Pública. A aquisição e instalação de uma plataforma elevatória inclinada para acessibilidade configura investimento de médio prazo com elevada vida útil, fabricada em materiais de alta resistência, como alumínio ou equivalente, exigindo baixa manutenção periódica e reduzido custo operacional ao longo do tempo.

Sob o ponto de vista econômico, a solução proposta mostra-se mais vantajosa em comparação a alternativas estruturais mais complexas, como a instalação de elevadores convencionais ou reformas civis de grande porte, que demandariam obras estruturais, licenças adicionais, maior tempo de execução e custos significativamente superiores. A plataforma inclinada, por sua vez, utiliza a própria estrutura existente da escada, minimizando intervenções físicas no imóvel, reduzindo custos com engenharia civil e evitando interrupções prolongadas no funcionamento da unidade.

Adicionalmente, a presença de sistema automatizado, alimentação por baterias recarregáveis e operação eficiente contribui para a redução de custos com energia elétrica e garante continuidade do serviço mesmo em situações de queda de energia,





evitando prejuízos operacionais. O modelo dobrável ainda preserva o uso regular da escada, evitando necessidade de adaptações adicionais ou perdas de espaço útil.

Do ponto de vista econômico-social, a contratação também reduz custos indiretos associados à ausência de acessibilidade, como possíveis demandas judiciais, indenizações e adaptações emergenciais, além de otimizar o atendimento ao público, ampliando o acesso aos serviços e melhorando a eficiência administrativa. A adequação às normas de acessibilidade representa, portanto, não apenas cumprimento legal, mas uma medida preventiva que evita dispêndios futuros e fortalece a sustentabilidade financeira da Administração.

Dessa forma, a contratação se revela economicamente viável, eficiente e alinhada aos princípios da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos, ao proporcionar solução duradoura, de menor custo comparativo e com alto retorno social e institucional.

A exigência apenas das documentações essenciais para habilitação no pregão justifica-se pela natureza do objeto e pelos princípios que regem as contratações públicas, especialmente nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de contratação de fornecimento com instalação de equipamento específico, com características técnicas objetivamente definidas no termo de referência, o que permite a adequada verificação da capacidade do licitante por meio da documentação básica de habilitação, sem a necessidade de exigências adicionais que possam restringir indevidamente a competitividade.

A adoção de requisitos mínimos de habilitação atende ao princípio da isonomia, ao evitar a imposição de barreiras desnecessárias à participação de licitantes, ampliando a disputa e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, observa-se o princípio da competitividade, uma vez que exigências excessivas ou desproporcionais podem limitar o número de participantes, comprometendo o caráter competitivo do certame.

Também se aplica o princípio da proporcionalidade, pois as exigências de habilitação devem ser compatíveis com a complexidade do objeto. No presente caso, embora o





equipamento possua especificações técnicas relevantes, trata-se de solução amplamente disponível no mercado, não demandando comprovação técnica extraordinária ou requisitos altamente especializados.

Ademais, o princípio da eficiência é atendido ao simplificar o processo de habilitação, reduzindo burocracias desnecessárias e conferindo maior celeridade ao procedimento licitatório.

Por fim, a exigência restrita às documentações essenciais está alinhada ao entendimento consolidado de que a Administração deve exigir apenas o indispensável para assegurar o cumprimento do contrato, evitando formalismos excessivos e garantindo ampla participação, sem prejuízo da segurança da contratação.

Assim, a limitação às documentações essenciais de habilitação mostra-se adequada, suficiente e juridicamente fundamentada para a presente contratação.

A vedação à subcontratação e à triangulação, no presente objeto, é plenamente justificável diante de suas características técnicas e da necessidade de responsabilização direta da contratada.

Trata-se de fornecimento com instalação de equipamento específico, fabricado sob medida e ajustado às condições reais do local, o que exige atuação integrada, contínua e coordenada desde a fabricação até a instalação e o pleno funcionamento do sistema. A fragmentação dessas etapas por meio de subcontratação pode comprometer a qualidade, a segurança e a compatibilidade do equipamento com o ambiente onde será instalado.

Além disso, a execução envolve responsabilidade técnica única sobre o conjunto do sistema — incluindo trilhos, estrutura, mecanismos de elevação, dispositivos de segurança e funcionamento integrado — o que exige que a empresa contratada detenha domínio completo sobre todas as etapas da execução.

A vedação também se justifica pela necessidade de rastreabilidade e responsabilização direta, evitando a diluição de responsabilidades entre múltiplos agentes, o que poderia dificultar a apuração de falhas, atrasos ou defeitos, especialmente em um equipamento relacionado à segurança e acessibilidade de usuários.





No que se refere à triangulação (intermediação por empresa sem execução direta), sua proibição visa impedir a participação de empresas que atuem apenas como intermediárias comerciais, sem capacidade técnica ou operacional própria, o que poderia resultar em aumento de custos, perda de controle contratual e riscos à qualidade da execução.

Tal medida está alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e da segurança da contratação, assegurando que a empresa vencedora seja efetivamente a responsável pela execução integral do objeto, com capacidade técnica compatível e responsabilidade direta pelos resultados.

Dessa forma, a não permissão de subcontratação e triangulação mostra-se adequada e necessária para garantir a qualidade, a segurança e a correta execução do objeto contratado.

A presente contratação tem como fundamento central a concretização do direito fundamental de acesso universal aos espaços públicos, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas que impedem ou dificultam o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, idosos, pessoas com deficiência e usuários em cadeira de rodas.

O objeto visa viabilizar a acessibilidade plena entre pavimentos da nova sede da UAI Câmara Municipal de Extrema, garantindo que todos os cidadãos possam usufruir, em condições de igualdade, dos serviços públicos ali disponibilizados. Trata-se, portanto, de medida diretamente vinculada à efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade material, pilares estruturantes do ordenamento jurídico brasileiro.

A inexistência de solução adequada de acessibilidade compromete o exercício regular de direitos, na medida em que restringe o acesso físico de parcela significativa da população aos serviços públicos, configurando situação de discriminação indireta. Nesse sentido, a contratação não se apresenta como mera conveniência administrativa, mas como providência necessária para a conformidade da edificação com as normas de acessibilidade e com os deveres impostos à Administração Pública.





Sob o enfoque jurídico, a contratação encontra amparo no dever estatal de promoção da acessibilidade, previsto na legislação vigente, que impõe à Administração a adoção de medidas concretas para eliminação de obstáculos e garantia de acesso seguro e autônomo aos espaços públicos. A omissão estatal nesse aspecto pode, inclusive, ensejar responsabilização por violação a direitos fundamentais.

Do ponto de vista técnico e funcional, a solução adotada — plataforma elevatória inclinada — mostra-se adequada às características do imóvel, especialmente diante da existência de escadas como meio de circulação vertical, sendo alternativa eficaz para garantir acessibilidade sem necessidade de intervenções estruturais mais invasivas. Trata-se de solução consolidada no mercado, com tecnologia segura, operação estável e conformidade com os requisitos de uso em ambiente interno.

Adicionalmente, a contratação atende ao princípio da eficiência, na medida em que promove a adequada utilização do espaço físico existente, assegura a funcionalidade do equipamento e viabiliza o atendimento contínuo e inclusivo ao público. Também se alinha ao princípio da economicidade, ao optar por solução compatível com a realidade estrutural do local, evitando custos significativamente mais elevados decorrentes de reformas estruturais complexas.

Ressalte-se, ainda, que a implementação do equipamento contribui para a prevenção de riscos, tanto para os usuários quanto para a própria Administração, ao evitar situações de deslocamento inadequado em escadas por pessoas com mobilidade reduzida, reduzindo a probabilidade de acidentes e eventuais responsabilizações civis.

Sob a perspectiva institucional, a adoção de medidas de acessibilidade reforça o compromisso da Administração Pública com a inclusão social, a equidade no acesso aos serviços e o respeito aos direitos da pessoa com deficiência, promovendo ambiente administrativo mais justo, democrático e alinhado às melhores práticas de governança pública.





Dessa forma, a contratação revela-se não apenas pertinente, mas indispensável ao atendimento do interesse público, por assegurar acessibilidade, promover inclusão, garantir segurança e conformidade legal, e viabilizar o pleno exercício da cidadania por todos os usuários dos serviços públicos.

A escolha da solução consistente na instalação de plataforma elevatória inclinada para escada fundamenta-se na adequação técnica às condições estruturais do imóvel e na necessidade de garantir acessibilidade entre pavimentos de forma segura, eficiente e compatível com a edificação existente. O local de instalação possui escada como principal meio de circulação vertical, não sendo viável, sob o ponto de vista técnico e econômico, a implantação de soluções alternativas como elevador convencional ou rampa. A instalação de elevador demandaria intervenções estruturais significativas, com impacto direto na edificação, aumento substancial de custos e necessidade de adaptações incompatíveis com a configuração atual do espaço. Por sua vez, a implantação de rampas mostra-se impraticável em razão das limitações de espaço e das exigências normativas de inclinação, que inviabilizam sua execução no ambiente disponível. Nesse contexto, a plataforma elevatória inclinada apresenta-se como solução tecnicamente adequada, amplamente utilizada em edificações existentes, permitindo a superação de desníveis em escadas sem a necessidade de alterações estruturais relevantes. Trata-se de tecnologia consolidada, com operação segura, eficiente e compatível com ambientes internos, atendendo plenamente à finalidade de promover acessibilidade com racionalidade técnica e econômica.

O quantitativo de 01 (uma) unidade de plataforma elevatória inclinada decorre da necessidade de atendimento integral da edificação, que possui circulação vertical concentrada em um único eixo de escada, interligando três pavimentos (térreo, 1º e 2º andares).

A instalação de uma única unidade é suficiente para garantir o deslocamento entre todos os níveis do prédio, atendendo de forma adequada à demanda de acessibilidade existente, não havendo necessidade técnica de aquisição de múltiplos equipamentos.







Dessa forma, o quantitativo adotado mostra-se compatível com a necessidade da Administração, atendendo aos princípios da economicidade e da eficiência, sem excessos ou insuficiências.

O não parcelamento do objeto justifica-se pela natureza indivisível da solução a ser contratada, que envolve o fornecimento, fabricação sob medida, instalação e pleno funcionamento de sistema integrado de acessibilidade. A eventual divisão do objeto em parcelas distintas, como fornecimento e instalação, acarretaria riscos à compatibilidade técnica entre os componentes, à correta montagem do sistema e à definição de responsabilidades, podendo comprometer o funcionamento adequado do equipamento. Além disso, a execução integrada por uma única empresa assegura a responsabilização direta pelo desempenho do sistema como um todo, incluindo eventuais ajustes, testes e garantia de funcionamento, reduzindo riscos de falhas operacionais e conflitos contratuais. Assim, o não parcelamento atende ao interesse público ao garantir maior segurança na execução, qualidade do resultado final e eficiência na gestão contratual.

A adoção da modalidade pregão justifica-se em razão da natureza do objeto, que se enquadra como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência.

A fixação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) fundamenta-se na necessidade de assegurar a eficiência, a competitividade e a racionalidade do procedimento licitatório, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas, especialmente aqueles previstos na Lei nº 14.133/2021.

O valor estabelecido corresponde a aproximadamente 0,58% do valor estimado da contratação (R\$ 172.840,00), situando-se dentro de patamar adequado e usualmente adotado pela Administração Pública, o que demonstra sua proporcionalidade em relação ao objeto licitado.

A adoção de intervalo mínimo visa evitar a apresentação de lances com reduções insignificantes, que não produzem impacto econômico relevante, mas que





podem prolongar indevidamente a fase competitiva, comprometendo a celeridade e a eficiência do certame.

Adicionalmente, o valor fixado em R\$ 1.000,00 apresenta vantagem operacional, por se tratar de valor arredondado, facilitando a dinâmica de lances pelos licitantes e a condução do pregão pelo agente de contratação, sem prejuízo à ampla competitividade.

Importa destacar que o intervalo definido não restringe a disputa, uma vez que permanece compatível com o valor global da contratação, permitindo reduções progressivas significativas e incentivando a apresentação de propostas economicamente vantajosas.

Dessa forma, a fixação do intervalo mínimo de R\$ 1.000,00 mostra-se adequada, proporcional e suficiente para garantir equilíbrio entre competitividade e eficiência, evitando lances irrisórios e assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **DIRETORIA GERAL**

Extrema, MG, 22 de abril de 2026.

---

TAMIREN NUNES DA SILVA ALBERTINI  
DIRETORA GERAL

### **DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

---

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA  
PRESIDENTE





## ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS

Dados da empresa e de seu representante legal:

**Empresa:**

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.:

E-MAIL: XXX

TELEFONE/WHATSAPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	GARANTIA (MESES)	QUANT.	VALOR UNIT.
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave,			01 peça	





<p>estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo</p>				
---	--	--	--	--





obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.				
---	--	--	--	--

**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx

Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx

Local/Data: xxx

O proponente DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.





Indicação da forma de pagamento:

BOLETO ( )	DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ( )	
	BANCO	
	AGÊNCIA	
	Nº DA CONTA	
	FAVORECIDO	

Assinatura do Responsável





## ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS).

- ✓ A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de plataformas de acessibilidade elevatória para escada. Tal levantamento visa subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Foram encaminhados, por meio eletrônico, pedidos de cotação de preços. Os prestadores de serviços foram selecionados com base em pesquisa realizadas em sítios especializados e páginas institucionais. Adicionalmente, foi realizada pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas, com o objetivo de identificar outros prestadores de serviço do mesmo ramo, que já prestaram serviço para outros órgãos públicos, de forma a ampliar as referências de mercado e assegurar maior precisão e competitividade na pesquisa de preços.
- ✓ Apenas as empresas ELLEVA ACESSIBILIDADE IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, ABA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e SUL ACESSIBILIDADE COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS LTDA enviaram propostas.
- ✓ As empresas INTERFACE ACESSIBILIDADE, AGORA ELEVADORES e TK ELEVATOR informaram que seus equipamentos não atendem a metragem necessária, se tornando tecnicamente inviável.
- ✓ As empresas ELEVADORES HERTZ e SURIMEX informaram que não trabalham com o tipo de equipamento em questão.
- ✓ Realizou-se pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificando contratação **similar** realizada por outro ente da Administração Pública, conforme demonstrado a seguir:

Contratação	Órgão	ID de Contratação
Ato que autoriza a Contratação Direta nº 121/2025	Secretaria de Segurança Pública de Bauru – SP	46377800000127-1-005831/2025

- ✓ Para a formação do preço de referência da presente contratação, foi considerada uma contratação similar realizada por órgão público, cujo objeto envolve o fornecimento e instalação de plataforma elevatória de acessibilidade.  
Entretanto, destaca-se que o valor desse tipo de equipamento apresenta elevada variabilidade, em razão de suas características técnicas e das condições específicas de instalação, tais como:
  - extensão total do percurso (comprimento dos trilhos);
  - número de paradas (níveis atendidos);
  - configuração arquitetônica do local (curvas, inclinações e patamares);
  - dimensões disponíveis para instalação;
  - necessidade de fabricação sob medida e customização;







Dessa forma, ainda que as contratações utilizadas como referência possuam objeto semelhante, não há padronização de valores de mercado, uma vez que cada projeto é desenvolvido conforme as particularidades do local de instalação e do descritivo técnico exigido.

- ✓ A ferramenta de pesquisa de preços, Banco de Preços do Tribunal de Contas de Minas Gerais, destinada a promover a transparência e o controle dos preços praticados nas contratações públicas, conforme previsto no Manual de Procedimentos Licitatórios e Contratações do TCE-MG está temporariamente desativada.
- ✓ Verificou-se que as cotações obtidas junto a fornecedores formais apresentaram elevada variação de valores, mesmo considerando objetos com características semelhantes. Diante desse cenário, a utilização da média aritmética simples poderia resultar em distorções no valor estimado da contratação, comprometendo a fidedignidade da pesquisa de preços.  
Assim, com o objetivo de obter um valor de referência mais representativo e aderente à realidade de mercado, optou-se pela adoção da mediana dos valores coletados, metodologia que reduz a influência de valores extremos (muito elevados ou muito baixos), proporcionando maior equilíbrio e confiabilidade na estimativa.
- ✓ Registra-se, por fim, que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a execução do serviço em questão

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo	R\$ 172.840,00	01 peça	R\$ 172.840,00





<p>de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.</p>			
---	--	--	--

**Observação:** para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.





## ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

### AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) INSTALADA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.	43/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.	05/2026
EDITAL Nº.	05/2026
CONTRATO Nº.	XXX/2026
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO	31/03/2025
NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90008

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A EMPRESA XXX REFERENTE AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) INSTALADA.

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa XXX, estabelecida na XXX, XXX, XXX (XX), inscrita no CNPJ nº. XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXX, e CPF nº. XXX, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, em observância às disposições da





Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

**1.1 Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.** Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O





prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.

**1.2 Do quantitativo:** Conforme tabela a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de	01 peça







	1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.	
--	---	--

### 1.3 Percentual estimado para 12 (doze) meses, com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

Divisão de Valores por Ficha		
UAI	Patrimônio:	100%

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.

2.2 **Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

2.3 **Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

2.4 **Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.





2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.**

3.1 As partes submetem-se às normas da Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, EDITAL nº XX/2026 e à Lei Complementar Nº 123/2006.

3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.

3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência



mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / DATA DA ENTREGA / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/DA VISITA TÉCNICA**

I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.

a) O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega e a instalação deverão ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). O local para entrega e instalação será a sede da Unidade de Atendimento Integrada (UAI) de Extrema, no município de Extrema/MG.

b) Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.

c) O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.

d) Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de



aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.

- e) O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- f) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- g) Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- h) Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
- i) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- j) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- k) Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota





fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.

I) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

## II. CONDIÇÕES GERAIS

- a) O objeto compreende o fornecimento e a instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas.
- b) A plataforma deverá ser instalada em ambiente interno, garantindo acessibilidade entre pavimentos.
- c) O local de instalação é a nova sede da UAI Câmara Extrema, situada na Rua Antônio Onisto, nº 41, no município de Extrema.
- d) O equipamento deverá ser novo, sem uso, em linha de produção.

## III. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO

- a) A plataforma deverá ser do tipo elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede.
- b) O equipamento deverá ser automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.
- c) Deverá ser destinado para aplicação em ambiente interno.
- d) A estrutura deverá ser em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade.
- e) A cor predominante deverá ser branco, preto ou cinza.





- f) A capacidade mínima de carga deverá ser de 225 kg.
- g) A velocidade de deslocamento deverá estar entre 0,06 m/s e 0,15 m/s.
- h) A operação deverá ser suave, estável e segura durante todo o percurso.

#### **IV. SISTEMA DE OPERAÇÃO E CONTROLE**

- a) O sistema deverá possuir controle a bordo integrado à plataforma.
- b) Deverá possuir controle remoto para acionamento à distância.
- c) O equipamento deverá conter painel de botões de operação.
- d) Deverá possuir display integrado para informações operacionais.
- e) Deverá possuir sinalização luminosa em LED.
- f) Deverá possuir sinalização sonora.

#### **V. REQUISITOS DE SEGURANÇA**

- a) O equipamento deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis.
- b) Deverá possuir dispositivos que impeçam operação inadequada.
- c) Deverá possuir alarme sonoro durante o deslocamento.
- d) Deverá possuir sistema de parada automática em caso de obstáculo.
- e) Deverá possuir modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio.
- f) Deverá possuir sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque.

#### **VI. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA**

- a) A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V.
- b) O sistema deverá possuir baterias recarregáveis.
- c) O equipamento deverá permitir funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.

#### **VII. INSTALAÇÃO**

- a) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas: térreo, 1º andar e 2º andar.
- b) O percurso total aproximado será de 16,60 metros.
- c) O percurso será distribuído da seguinte forma:



- c.1) Patamar térreo: 2,50 m;
- c.2) Trecho do térreo ao 1º andar: 7,50 m;
- c.3) Patamar do 1º andar: 1,00 m;
- c.4) Trecho do 1º ao 2º andar: 6,80 m;
- c.5) Patamar do 2º andar: 1,30 m.
- d) As dimensões do local incluem:
  - d.1) Largura do corredor: 1,17 m;
  - d.2) Pé-direito:
    - Térreo: 4,00 m;
    - 1º andar: 3,53 m;
    - 2º andar: 3,41 m.
- e) A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema.
- f) A contratada deverá, obrigatoriamente, conferir todas as medidas in loco antes da fabricação.
- g) A contratada deverá incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação.

#### **VIII. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- a) O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

#### **IX. DA VISITA TÉCNICA E DA RESPONSABILIDADE**

A Contratada declara que, previamente à assinatura do contrato, avaliou de forma suficiente as condições necessárias à execução do objeto, seja por meio de realização de visita técnica, seja com base nas informações constantes do edital e de seus anexos.

- a. Na hipótese de ter realizado visita técnica, a Contratada reconhece que tomou pleno conhecimento das condições locais, características do ambiente e demais fatores que possam influenciar na execução contratual, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela adequada execução do objeto. Na hipótese de não ter realizado







visita técnica, a Contratada declara-se igualmente ciente e plenamente informada sobre as condições de execução, assumindo integral responsabilidade por sua proposta, não podendo alegar, em qualquer tempo, desconhecimento de condições locais ou insuficiência de informações.

b. Em qualquer das hipóteses, a realização ou não da visita técnica não poderá ser invocada como justificativa para:

I. descumprimento de obrigações contratuais;

II. solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legais;

III. alteração de prazos por motivos previsíveis;

IV. revisão contratual fundada em alegação de desconhecimento das condições de execução.

c. A responsabilidade pela correta avaliação dos serviços, dos meios necessários, dos custos envolvidos e das condições de execução é exclusiva da Contratada.

#### **X. CONDIÇÕES FINAIS**

a) O equipamento deverá atender integralmente às condições descritas no objeto.

b) A entrega deverá ocorrer com o sistema em pleno funcionamento.

c) Todos os componentes necessários ao funcionamento deverão estar incluídos no fornecimento.

#### **5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.**

5.1 O valor unitário e a quantidade para o fornecimento do presente CONTRATO são os estabelecidos na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	GARANTIA (MESES)	QUANT.	VALOR UNIT.
01	<b>Aquisição de uma PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE PARA ESCADA (TIPO PLATAFORMA ELEVATÓRIA INCLINADA) instalada.</b> Fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, do tipo inclinada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, a ser instalada em ambiente interno, garantindo			01 peça	



	<p>acessibilidade entre pavimentos. A plataforma deverá ser elevatória inclinada, instalada sobre trilhos fixados à escada ou parede, com equipamento automatizado e dobrável, permitindo a liberação do vão da escada quando não estiver em uso, sendo destinada para aplicação em ambiente interno, com estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, na cor predominante branco, preto ou cinza. Deverá possuir capacidade de carga mínima de 225 kg, velocidade de deslocamento entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, garantindo operação suave, estável e segura durante todo o percurso. O sistema de operação e controle deverá contar com controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, sendo o equipamento dotado de painel de botões de operação, display integrado para informações operacionais, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora. Em relação à segurança, deverá possuir braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, dispositivos que impeçam operação inadequada, alarme sonoro durante o deslocamento, sistema de parada automática em caso de obstáculo, modo de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha ou bloqueio, além de sistema que garanta operação segura ao usuário durante embarque, transporte e desembarque. A alimentação elétrica deverá ser realizada por carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica. A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas</p>				
--	--	--	--	--	--





<p>(térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, distribuído em patamar térreo de 2,50 m, trecho do térreo ao 1º andar de 7,50 m, patamar do 1º andar de 1,00 m, trecho do 1º ao 2º andar de 6,80 m e patamar do 2º andar de 1,30 m. As dimensões do local incluem largura do corredor de 1,17 m e pé-direito de 4,00 m no térreo, 3,53 m no 1º andar e 3,41 m no 2º andar. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento completo do equipamento, fabricação sob medida conforme o local, instalação integral e pleno funcionamento do sistema, devendo obrigatoriamente conferir todas as medidas in loco antes da fabricação, bem como incluir todos os acessórios, trilhos, fixações e componentes necessários à instalação e operação. O prazo máximo para entrega e instalação será de até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de fornecimento. O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, atendendo integralmente às normas de acessibilidade e segurança aplicáveis. Local de instalação: Nova sede da UAI Câmara Extrema, localizada Na Rua Antônio Onisto, 41, em Extrema, MG.</p>				
--	--	--	--	--

5.2 O valor global estimado do presente contrato é de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso).

## 6 CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).

### Recebimento





6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e realizado nas condições estabelecidas. A pontualidade constitui condição essencial do ajuste: entregas fora do horário fixado não serão toleradas e poderão ser recusadas total ou parcialmente, sem ônus para a CONTRATANTE, facultada a aplicação das penalidades cabíveis. O risco e a logística de transporte são de responsabilidade integral da CONTRATADA.

6.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

#### **Liquidação**

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- f) a data da emissão;
- g) os dados do contrato e do órgão contratante;
- h) o período respectivo de execução do contrato;
- i) o valor a pagar; e
- j) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará



sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

#### **Prazo de pagamento**

6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.





### **Forma de pagamento**

6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.**

7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

## **8 CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

8.1 **Vigência:** O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. Vigência inicial contada da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital),







prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento. A garantia ofertada na proposta não se extingue com esse contrato.

**8.2 Renovação:** O contrato não será renovado.

**8.3 Do reajustamento:** Não se aplica.

## **9 CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;





- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda





desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Dotação:** 4.4.90.52.99

**Ficha:** 11

**Resumo:** OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

## **11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS**

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos a seguir elencados, de modo a assegurar o atendimento ao interesse



público, a eficiência da aquisição e a plena adequação dos bens às necessidades da Câmara Municipal de Extrema:

- a) O equipamento deverá ser do tipo plataforma elevatória inclinada para escada, destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, inclusive usuários em cadeira de rodas, para uso em ambiente interno.
- b) A plataforma deverá ser fabricada sob medida, conforme as dimensões e características do local de instalação, sendo obrigatória a realização de vistoria técnica prévia para conferência das medidas in loco antes da fabricação.
- c) O equipamento deverá possuir estrutura em alumínio ou material equivalente de alta resistência e durabilidade, com acabamento adequado ao ambiente interno e cor predominante branco, preto ou cinza.
- d) Deverá possuir capacidade mínima de carga de 225 kg, garantindo o transporte seguro de usuários e seus equipamentos de apoio.
- e) A velocidade de deslocamento deverá estar compreendida entre 0,06 m/s e 0,15 m/s, assegurando operação suave, estável e segura.
- f) O sistema deverá ser automatizado, com funcionamento por meio de trilhos fixados à escada ou à parede, e possuir mecanismo dobrável que permita a liberação do vão da escada quando não estiver em uso.
- g) O sistema de operação deverá contemplar controle a bordo integrado à plataforma e controle remoto para acionamento à distância, com painel de botões de fácil utilização, display informativo, sinalização luminosa em LED e sinalização sonora.
- h) O equipamento deverá atender integralmente às normas técnicas de acessibilidade e segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade em edificações e equipamentos de transporte vertical.
- i) Deverá possuir dispositivos de segurança, incluindo, no mínimo: braços e/ou barreiras de proteção dobráveis, sistema de parada automática em caso de obstáculo, alarme sonoro durante o deslocamento, dispositivos que impeçam operação inadequada e sistema de travamento seguro durante o embarque e desembarque.
- j) Deverá possuir sistema de resgate/manual de emergência que permita a movimentação da plataforma em caso de falha elétrica ou bloqueio do sistema.







- k) A alimentação elétrica deverá ser realizada por meio de carregador de baterias em 220V, com sistema de baterias recarregáveis que permita o funcionamento mesmo na ausência de energia elétrica.
- l) A instalação deverá contemplar, no mínimo, três paradas (térreo, 1º andar e 2º andar), com percurso total aproximado de 16,60 metros, incluindo patamares e trechos intermediários conforme as características da edificação.
- m) A contratada deverá ser responsável pelo fornecimento completo do equipamento, incluindo todos os componentes, trilhos, fixações, acessórios e demais itens necessários à instalação e pleno funcionamento do sistema.
- n) A instalação deverá ser realizada por equipe técnica qualificada, garantindo a correta fixação, alinhamento e funcionamento do equipamento, bem como a segurança dos usuários.
- o) A contratada deverá realizar testes operacionais, ajustes e entrega técnica do equipamento em pleno funcionamento, incluindo orientação básica aos usuários e responsáveis quanto à operação segura.
- p) O produto deverá ser novo, sem uso, em linha de produção, não sendo admitidos equipamentos reconicionados.
- q) O prazo máximo para fornecimento e instalação deverá ser de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- r) A contratada deverá prestar garantia mínima do equipamento, conforme práticas de mercado, assegurando suporte técnico e manutenção corretiva durante o período estabelecido.

## **12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.**

12.1 A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.

12.2 As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção,





conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.

12.3 Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.

12.4 Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.

12.5 Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subsequentes.

12.6 Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento. Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.7 Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.

12.8 Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.





12.9 Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.

12.10 Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.

12.11 Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

12.12 No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.

### **13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.**

13. Na forma estabelecida pelo art. 130 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ocorrer alteração contratual, devidamente justificada e comprovada, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até quinze dias úteis.



#### **14. CLÁUSULA CATORZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

14.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

14.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, o prazo mínimo será de doze meses para todos os efeitos, da data de emissão da nota fiscal.

#### **15. CLÁUSULA QUINZE – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**

15.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO será de doze meses contados da data de emissão da nota fiscal.

15.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.

15.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

15.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

15.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

15.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.



## 16. CLÁUSULA DEZESSEIS – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.

### 16.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- f) Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até quinze dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.
- j) Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.





k) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **16.2 São obrigações do CONTRATADO:**

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para a entrega, qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando, obrigatoriamente, a devida comprovação documental do motivo alegado;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;







- g) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- k) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- p) O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem







reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

q) Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

r) A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

s) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

II. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;

III. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

IV. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;





V. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

#### **17.CLÁUSULA DEZESSETE – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.**

17.1 Não se aplica.

#### **18.CLÁUSULA DEZOITO – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.**

18.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.

#### **19.CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.**

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas





específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

## **20. CLÁUSULA VINTE – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

20.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

20.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

20.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



20.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

20.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

20.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

20.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

20.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

20.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

20.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

20.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.





20.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

20.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

20.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

20.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

20.12 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

20.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;



- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

## 21. CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

21.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

21.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.

21.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:







a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

21.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

21.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

21.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

21.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.4.3 Indenizações e multas.

## 22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

22.1 **Vigência:** A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026; contados da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para



todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

**22.2 Renovação:** Não haverá renovação contratual.

## **23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

23.1 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

## **24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO PREPOSTO.**

24.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. XXX.

## **25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DAS ALTERAÇÕES.**

25.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

25.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no





caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA PUBLICAÇÃO.**

26.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## **27. CLÁUSULA VINTE E SETE – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.**

27.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:

a. Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.

## **28. CLÁUSULA VINTE E OITO – DO FORO.**

28.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.





Extrema (MG), XX de XX de 2026.

**Signatários**

XXX	XXX XXX
Presidente Câmara Municipal de Extrema <b>CONTRATANTE</b>	<b>CONTRATADA</b>

**Testemunhas**

01.Nome/Assinatura/CPF

--

--

02.Nome/Assinatura/CPF

--

--

